

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**TIAGO ANTONIO PADILHA  
VANESSA DO PRADO MARCOMIN**

**DISCLOSURE VOLUNTÁRIO NAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO  
PARANÁ**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**PATO BRANCO  
2018**

**TIAGO ANTONIO PADILHA**  
**VANESSA DO PRADO MARCOMIN**

**DISCLOSURE VOLUNTÁRIO NAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO  
PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis do Departamento de Ciências Contábeis, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Msc. Marivânia Rufato da Silva.

**PATO BRANCO**  
**2018**



**Universidade Tecnológica Federal do Paraná**  
Campus Pato Branco  
*Curso de Ciências Contábeis*  
**Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso**



### **TERMO DE APROVAÇÃO**

Titulo do Trabalho de Conclusão de Curso

### **DISCLOSURE VOLUNTÁRIO NAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO PARANÁ**

Nome do Aluno: **Tiago Antonio Padilha; Vanessa do Prado Marcomin**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado às 19 horas, no dia 26 de outubro de 2018 como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis, do Departamento de Ciências Contábeis - DACON, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho\_\_\_\_\_.

(aprovado, aprovado com restrições, ou reprovado).

\_\_\_\_\_  
Prof. Msc. Marivânia Rufato da Silva  
Orientadora

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Sandro César Bortoluzzi  
Avaliador - UTFPR

\_\_\_\_\_  
Prof. Msc. Luciane Dagostini  
Avaliadora- UTFPR

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos primeiramente a Deus por ter nos dado o dom da vida, saúde e força para superar as dificuldades.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que de alguma forma oportunizaram concluir mais esta etapa.

A nossa orientadora Prof. Msc. Marivânia Rufato da Silva, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Aos nossos pais, familiares, companheiros e amigos pela compreensão, incentivo e apoio nessa trajetória.

A memória daqueles que não estão mais entre nós, mas que em vida nunca deixaram de acreditar em nossos esforços.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte de nossa formação, o nosso muito obrigado.

O único lugar aonde o sucesso vem antes  
do trabalho é no dicionário.

(Albert Einstein)

## RESUMO

A evidenciação de informações relevantes sobre as empresas tornou-se importante para a tomada de decisão de diversos usuários, esta busca por transparência e confiabilidade cresce quando as empresas divulgam informações voluntariamente. Este trabalho buscou avaliar as práticas de *disclosure* voluntário adotadas pelas cooperativas agropecuárias do Paraná nas categorias econômica, ambiental e social. Para atingir esse objetivo foi realizado um levantamento com 12 cooperativas paranaenses do ramo agropecuário que possuíam publicados em seus *sites* os relatórios anuais dos anos de 2015 a 2017. A partir disso, as informações presentes nos relatórios anuais foram avaliadas por meio da utilização da métrica elaborada por Murcia (2009). Como resultado foi possível avaliar que ainda é baixo o *disclosure* voluntário entre as cooperativas agropecuárias analisadas, sendo a categoria de *disclosure* voluntário social a que obteve melhores resultados.

**Palavras-chave:** *Disclosure* Voluntário. Cooperativas Agropecuárias. Categoria econômica, ambiental e social.

## ABSTRACT

Access to relevant information about companies has become an important thing for many users who need to make decisions about services. The search for responsibility in this information grows up when the companies share this information voluntarily. This work aimed to evaluate the voluntary disclosure practices adopted by the Paraná agricultural cooperatives in the economic, environmental and social categories. To achieve this study was analyzed 12 cooperatives from the state of Minas Gerais that had published the annual reports for the years 2015 to 2017. From this assumption, the information that is present in the annual reports was evaluated by means of evaluation elaborated by Murcia (2009). With this study it is possible to affirm that voluntary disclosure is not frequent among the analyzed agricultural cooperatives, being the category of social voluntary disclosure that obtained better results.

**Palavras-chave:** Voluntary *Disclosure*. Agricultural cooperatives. economic, environmental and social categories.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Categoria Econômica de Ambiente de Negócios .....	31
Tabela 2. Categoria Econômica de Atividade Operacional .....	32
Tabela 3. Categoria Econômica de Aspectos Estratégicos.....	32
Tabela 4. Categoria Econômica de Informações Financeiras.....	33
Tabela 5. Categoria Econômica de Índices Financeiros .....	34
Tabela 6. Categoria Econômica de Governança Corporativa .....	35
Tabela 7. Categoria Ambiental de Políticas Ambientais .....	37
Tabela 8. Categoria Ambiental de Gestão e Auditoria Ambiental .....	38
Tabela 9. Categoria Ambiental de Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente .....	39
Tabela 10. Categoria Ambiental de Energia .....	40
Tabela 11. Categoria Ambiental de Informações Financeiras Ambientais .....	41
Tabela 12. Categoria Ambiental de Educação e Pesquisa Ambiental .....	41
Tabela 13. Categoria Ambiental de Mercado de Créditos de Carbono.....	42
Tabela 14. Categoria Ambiental de Outras Informações Ambientais.....	43
Tabela 15. Categoria Social de Informações Financeiras Sociais .....	45
Tabela 16. Categoria Social de Produtos e Serviços .....	46
Tabela 17. Categoria Social de Colaboradores (Não Administradores).....	47
Tabela 18. <i>Ranking</i> das Cooperativas por % de <i>Disclosure</i> Voluntário Total.....	53



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Princípios que regem as cooperativas. ....	18
Quadro 2. Diferenças entre sociedade cooperativa e sociedades empresárias. .	19
Quadro 3. Estudos Precedentes. ....	23
Quadro 4. Classificação <i>disclosure</i> voluntário – Informações Econômicas. ....	27
Quadro 5. Classificação <i>disclosure</i> voluntário – Informações Ambientais. ....	28
Quadro 6. Classificação <i>disclosure</i> voluntário – Informações Sociais. ....	29
Quadro 7. Lista de Cooperativas. ....	30

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Percentual de <i>disclosure</i> voluntário por categoria econômica.....	36
Gráfico 2. Percentual de <i>disclosure</i> voluntário por categoria ambiental. ....	44
Gráfico 3. Percentual de <i>disclosure</i> voluntário por categoria social.....	48
Gráfico 4. Percentual total de práticas de <i>disclosure</i> voluntário econômico por cooperativa.....	49
Gráfico 5. Percentual total de práticas de <i>disclosure</i> voluntário ambiental por cooperativa.....	50
Gráfico 6. Percentual total de práticas de <i>disclosure</i> voluntário social por cooperativa.....	52

## **LISTA DE SIGLAS**

OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
SESCOOP/PR	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Paraná
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Paraná

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
DVA	Demonstração de Valor Adicionado

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
1.2	OBJETIVO GERAL.....	13
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	13
1.4	JUSTIFICATIVA.....	13
1.5	DELIMITAÇÕES.....	14
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>15</b>
2.1	AGROPECUÁRIA E COOPERATIVISMO NO BRASIL.....	15
2.2	<i>DISCLOSURE</i> CORPORATIVO.....	20
2.3	ESTUDOS PRECEDENTES .....	22
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....</b>	<b>24</b>
3.1	ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	24
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	25
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>30</b>
4.1	<i>DISCLOSURE</i> VOLUNTÁRIO ECONÔMICO.....	31
4.2	<i>DISCLOSURE</i> VOLUNTÁRIO AMBIENTAL.....	37
4.3	<i>DISCLOSURE</i> VOLUNTÁRIO SOCIAL .....	45
4.4	ANÁLISE GERAL DAS COOPERATIVAS.....	49
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
	<b>REFERENCIAS .....</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este capítulo se ocupará em apresentar: (i) contextualização e problema de pesquisa; (ii) objetivo geral; (iii) objetivos específicos; (iv) justificativa e relevância; e (v) delimitação.

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A contabilidade apresenta como um dos principais objetivos gerar informações úteis para a tomada de decisão direcionada aos variados usuários, estas informações devem apresentar a real situação econômico-financeira para uma adequada interpretação do momento da entidade (DANTAS, ZENDERSKY e NIYAMA, 2005).

A evidenciação das informações relevantes da empresa no mercado, trazendo transparência e confiabilidade é chamada de *disclosure* corporativo, constituída em sua maioria por demonstrações contábeis, utilizadas para auxiliar na tomada de decisão (MURCIA, 2009).

Para Murcia et. al. (2010), o conceito de *disclosure* está diretamente associado com o conceito de transparência corporativa, sugerindo que as empresas que apresentam um melhor *disclosure* são conseqüentemente mais transparentes. As informações que excedem as exigidas pelos órgãos reguladores representam divulgações de escolhas livres dos administradores, denominadas *disclosure* voluntário (GONDRIGE et. al., 2011).

O cooperativismo tem se destacado no cenário nacional, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), é o ramo que tem maior relevância econômica e social no Brasil (RICKEN, TENÓRIO e KRONEMBERGER, 2015). Portanto, nas cooperativas o interesse pelas informações nas demonstrações é ampliado, visto que a necessidade de transparência e a busca por um maior *disclosure* é incentivada pelo interesse dos membros da cooperativa (SCHULTZ et. al., 2012).

Assim sendo, tem-se como problema de pesquisa: Quais as evidenciações de *disclosure* voluntário adotadas pelas cooperativas agropecuárias paranaenses?

## 1.2 OBJETIVO GERAL

Avaliar as práticas de *disclosure* voluntário adotadas pelas cooperativas agropecuárias do Paraná.

## 1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- i. Identificar as práticas de *disclosure* voluntário presentes nos relatórios anuais de 2015 a 2017 das cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná;
- ii. Calcular o percentual de *disclosure* voluntário econômico, social e ambiental das cooperativas;
- iii. Analisar aspectos divergentes e convergentes entre as práticas de *disclosure* voluntário observadas.

## 1.4 JUSTIFICATIVA

Com a realização deste trabalho, busca-se avaliar as práticas de *disclosure* voluntário das cooperativas agropecuárias do Paraná. Este trabalho justifica-se na representatividade do setor agropecuário e na importância do cooperativismo para a economia nacional, pois é absolutamente relevante na geração de empregos diretos e indiretos, no desenvolvimento agropecuário e na propulsão do Produto Interno Bruto brasileiro (BOESCHE, 2015).

Segundo a Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR), o Paraná tem papel de destaque no cooperativismo nacional, sendo o maior empregador,

estando entre os estados com maior número de cooperados e ainda tem apresentado o maior crescimento econômico no setor.

As cooperativas, assim como demais entidades, estão sujeitas as exigências do mercado e os princípios que as regem na atuação da prestação de seus serviços aos cooperados de forma democrática, tende a seguir os padrões da economia de escala e de concorrência, sendo assim, a prática do *disclosure* auxilia na informação das evidenciações das cooperativas para os seus usuários.

O *disclosure* se mostra relevante em pesquisas, pois tende a trazer transparência nas demonstrações e a sua regulamentação pode ser ajustada pelos órgãos reguladores, com base nos resultados deste trabalho e de outros na área, aproximando-se assim cada vez mais da realidade financeiro/econômica das entidades (MURCIA, 2009).

Em sua contribuição prática, o presente trabalho se mostra relevante para a análise e evidenciação do *disclosure* voluntário das cooperativas agrícolas contribuindo com informações acerca da importância da evidenciação no âmbito econômico, social e ambiental, sendo este último um aspecto relevante e bastante cobrado nas entidades agropecuárias pelo impacto direto ao meio ambiente em um cenário de valorização da sustentabilidade.

Quanto a contribuição para o meio acadêmico, este trabalho pode dar suporte a construção conceitual do tema de *disclosure* na formação acadêmica, bem como para novas pesquisas relacionadas à prática do *disclosure* voluntário em outros tipos de sociedades além das cooperativas ou mesmo de outros setores.

## 1.5 DELIMITAÇÕES

Este trabalho restringe-se ao *disclosure* voluntário presente nas demonstrações contábeis das cooperativas agropecuárias do Paraná, listadas na OCEPAR no ramo agropecuário, com demonstrações contábeis publicadas nos sites oficiais das empresas nos anos de 2015 a 2017.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica do presente estudo será dividida em três seções: (i) Agropecuária e Cooperativismo no Brasil; (ii) *Disclosure* Corporativo; e (iii) Estudos Precedentes.

### 2.1 AGROPECUÁRIA E COOPERATIVISMO NO BRASIL

O Brasil é privilegiado geograficamente e também por sua disponibilidade de recursos naturais. Isso permite ao país seguir uma estratégia de desenvolvimento econômico, apresentando assim um grande potencial para se tornar um dos líderes mundiais do agronegócio. Segundo Marques, Mello e Martines (2006) isto deve estar atrelado principalmente à criação de vantagens competitivas na produção, na comercialização e na logística de transportes.

Marin et. al. (2016), demonstraram que entre 2000 e 2013, a economia brasileira apresentou taxas elevadas de crescimento, com exceção do período da crise financeira internacional (2008 e 2009), o PIB do setor agropecuário cresceu em média 3,71% ao ano, enquanto a economia brasileira cresceu 3,36% ao ano durante o mesmo período. Esses resultados de crescimento podem ser atribuídos a diversos fatores como a qualificação da mão de obra, melhor eficiência de máquinas e equipamentos, novos processos de monitoramento das operações, melhoramento genético e melhor uso da terra (GASQUES et. al., 2014).

Vale ressaltar, que além dos fatores citados, investimentos públicos em pesquisa, desenvolvimentos tecnológicos pelo setor privado, além de melhores políticas públicas no crédito e extensão rural também possuem grande influência sobre o crescimento agropecuário e conseqüentemente o desenvolvimento econômico do país bem como a contribuição global na oferta de alimentos e energia (MARIN et. al., 2016).

Ainda assim, no setor agropecuário observam-se desafios para o governo, sociedade e agricultores, descritos por Assad e Almeida (2004), como:



- a) Desafio ambiental – consiste no desafio de desenvolver sistemas de produção agrícola cuja dependência de insumos e recursos naturais não-renováveis seja mínima, uma vez que a agricultura é uma atividade que causa impactos ambientais;
- b) Desafio econômico – devido a atividade gerar valor comercial a partir do que se é produzido, os desafios econômicos consistem na adoção de sistemas produtivos que minimizem perdas e desperdícios, ainda há o desafio de estabelecer mecanismos que assegurem a competitividade no mercado, garantindo economicidade da cadeia produtiva e qualidade do produto;
- c) Desafio social – este desafio consiste na adoção de sistemas cuja produção assegure a geração de renda para o trabalhador, bem como condições dignas de trabalho e remuneração compatível com sua importância no processo de produção e assegurar que, diante do número de famintos no mundo, a produção agrícola seja capaz de contribuir com a segurança alimentar e nutricional.
- d) Desafio territorial – consiste em uma integração agrícola, por meio da pluriatividade e multifuncionalidade com o espaço rural, por ter potencial de integrar-se com diferentes atividades rurais.
- e) Desafio tecnológico – devido à alta dependência de tecnologia para o aumento da produtividade e por causarem grande impacto no meio ambiente, surge a necessidade de tecnologias menos destrutivas ambientalmente capaz de conciliar a alta produtividade de maneira mais sustentável.

Na busca de superar alguns dos desafios citados por parte dos agricultores, destaca-se a união destes em associações ou cooperativas. Esse tipo de união, visa obter vantagens na comercialização, tanto na venda de seus produtos quanto na compra de máquinas e insumos, a fim de favorecer seus associados ou cooperados (MARQUES, MELLO e MARTINES, 2006).

Assim, o cooperativismo tem se solidificado no Brasil com o passar dos anos, visto que sua filosofia capaz de unir o desenvolvimento econômico e o bem-estar social o tornou presente em diversos setores da economia, principalmente no ramo agrícola. As cooperativas buscam operar e beneficiar seus membros, sendo eles os produtores e fornecedores das matérias-primas (ENSSLIN et. al., 2014).

A Lei Nº 5.764 de 1971, define as cooperativas como “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos seus associados”.

Boesche (2015) pontua que além da instituição da Lei 5.764 de 1971, outro marco importante na história do cooperativismo brasileiro foi a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, em seu artigo quinto, inciso XVIII sua redação apresenta ser vedada a interferência estatal no funcionamento das cooperativas, proporcionando maior liberdade de funcionamento.

No estado do Paraná o cooperativismo passou por três fases significativas ao longo do tempo. A primeira fase foi de estruturação e desenvolvimento se iniciando com a criação da OCEPAR em 1971 até 1988 com a promulgação da Constituição do Brasil. A segunda fase se refere a maturidade e adaptação à nova ordem econômica mundial, teve seu princípio em 1988 e foi até o surgimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Paraná (SESCOOP/PR), no ano de 1999. Finalmente, a terceira fase teve início a partir da atuação do SESCOOP/PR e se caracteriza pelo desenvolvimento educacional e da profissionalização do cooperativismo paranaense (BOESCHE, 2015).

Pela Lei 5.764/71, com alteração da Lei 7.231/84, passou a ser de responsabilidade do Ministério da Agricultura a fiscalização e controle das sociedades cooperativas. As demais competências anteriormente atribuídas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA também passaram a ser de responsabilidade do Ministério da Agricultura (ABRANTES, 2004).

A evolução do cooperativismo levou a instituição de sua legislação própria e estabeleceu, pelo artigo 982 da Lei 10.406 de 2002, que as cooperativas se caracterizam como uma associação sob forma de sociedade simples, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados (LEI 5.764/71).

No artigo 1.094 (LEI 10.406/2002), que dispõe sobre as sociedades cooperativas, estas possuem número aberto de membros, sendo, vide regra, necessário no mínimo vinte associados, número suficiente para compor o conselho administrativo da cooperativa.

Segundo Santana et. al. (2017), há sete princípios fundamentais que regem as cooperativas, apresentados no Quadro 1:

<b>Princípios</b>	<b>Definição</b>
Adesão voluntária e livre	As cooperativas são abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e a assumir responsabilidades como membros, sem discriminação de gênero, cor, política, religião ou classe social.
Gestão democrática	O controle da cooperativa é realizado por seus membros, que são convidados a compartilhar todas as decisões. Cada associado tem direito a um voto, independentemente de seu capital no empreendimento.
Participação econômica dos membros	Cada associado contribui para a constituição do capital de suas cooperativas, controlando-o democraticamente;
Autonomia e independência	As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros de forma independente.
Educação, formação e informação	As cooperativas promovem a educação e a formação de seus associados para que estes possam contribuir, cada vez mais, com o crescimento do empreendimento.
Intercooperação	As cooperativas devem ajudar-se entre si, trabalhando – sempre que possível – em conjunto. A lógica é unir forças, pensamento oposto à competição vivida pelas empresas tradicionais.
Interesse pela comunidade	As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades e devem tomar todas as suas decisões de maneira socialmente responsável.

**Quadro 1. Princípios que regem as cooperativas.**  
**Fonte: Santana et. al. (2017).**

Nesse sentido as sociedades cooperativas desenvolvem seus serviços de forma democrática a cerca do bem estar social e econômico dos associados por meio de atividade econômica comum.

As sociedades cooperativas são associadas por certas características com as demais sociedades, sendo necessário a compreensão e reconhecimento das principais diferenças entre sociedade empresária e sociedades cooperativas para desenhar o cenário do cooperativismo. Para tanto, Boesche (2015), elenca estas diferenças da seguinte maneira:

<b>SOCIEDADE COOPERATIVA</b>	<b>SOCIEDADE EMPRESÁRIA</b>
É uma sociedade de pessoas que funciona democraticamente.	Possui base no capital, ou seja, o dinheiro investido pelos sócios na empresa define a hierarquia.
Objetivo principal: prestação de serviços aos associados para que possam competir em condições de igualdade no mercado.	Objetivo principal: o lucro aos acionistas, detentores do capital.
Número ilimitado de sócios (ou limitado à capacidade de prestação de serviços pela cooperativa).	Possui número limitado de acionistas.
Controle (participação nas decisões): cada associado tem direito a um voto, independente do volume de capital integralizado.	O número de votos do sócio equivalerá à quantidade de ações que possui investidas na empresa.

<b>SOCIEDADE COOPERATIVA</b>	<b>SOCIEDADE EMPRESÁRIA</b>
O controle é essencialmente democrático e igualitário – cada pessoa, um voto.	O controle é essencialmente financeiro – cada ação, um voto.
Quórum em assembleias: baseado no número de associados presentes.	Quórum em assembleias: baseado no capital integralizado, ações presentes.
Não permite transferência de titularidade de quotas a terceiros estranhos à sociedade. Caráter personalíssimo.	Permitida a transferência de ações a terceiros, podendo ser gratuitamente ou de forma onerosa, não havendo qualquer impedimento.
Resultado positivo denominado de sobras é rateado de forma proporcional à movimentação individual de cada associado.	Resultado positivo denominado de lucro é dividido proporcionalmente ao capital investido pelos acionistas.
O associado é dono e usuário dos meios de produção ou dos produtos obtidos.	O associado tem como característica única a de acionista, podendo oportunamente se utilizar dos meios de produção ou não.
Prioriza não só o compromisso econômico, mas também investe em ações sociais e educativas.	O foco primordial é tão e somente o crescimento econômico-financeiro da organização.

**Quadro 2. Diferenças entre sociedade cooperativa e sociedades empresárias.**

**Fonte: Boesche (2015).**

O Quadro 2 apresenta as principais diferenças dentre as sociedades empresárias e as sociedades cooperativas para melhor entendimento do que destoam nas suas operações. As sociedades cooperativas buscam o desenvolvimento de seus associados, não somente no âmbito financeiro, enquanto nas sociedades empresárias o patrimônio é o que determina quem toma as decisões efetivamente, tendo seu foco maior na rentabilidade econômico financeira.

Diante do exposto sobre as características das sociedades cooperativas, percebe-se que demonstram um maior nível democrático para com seus cooperados, promovendo condições igualitárias de competitividade no mercado, bem como o comum desenvolvimento econômico, social e educativo, ou seja, a cooperativa objetiva o bem comum, busca uma melhor qualidade de vida de todos os associados por meio da atividade econômica (ABRANTES, 2004).

As cooperativas do setor agropecuário tendem a sofrer pressão para manter cuidados ambientais, sua relevância e papel social, o retorno econômico, entre outros. Sendo assim, percebe-se a importância de evidenciar, de forma clara e completa, diversas informações às partes interessadas, sejam sócios, clientes, fornecedores ou a sociedade em geral, chamando a atenção ao papel do *disclosure* corporativo tratado no tópico a seguir.

## 2.2 DISCLOSURE CORPORATIVO

A palavra *disclosure* deriva de *disclose* e compreende o ato de evidenciar, divulgar, tornar algo público. No âmbito corporativo, este termo está ligado à evidenciação de informações, bem como ao conceito de transparência corporativa (MURCIA et al., 2010)

Há uma similaridade entre o alcance do *disclosure* e a definição de transparência, pois, a evidenciação busca qualidade e clareza. A instituição deve divulgar informações qualitativas e quantitativas que provoquem a compreensão das atividades desenvolvidas e dos riscos aos usuários, refletindo com aspectos de detalhamento, tempestividade e relevância necessários, para que a transparência pretendida pelo *disclosure* seja atendida (DANTAS, ZENDERSKY e NIYAMA, 2005).

Assim como as demonstrações contábeis, o *disclosure* de uma empresa não é restrito apenas a uma informação regulada por lei, mas, também a toda informação que seja útil para a tomada de decisões. O *disclosure* pode ser tanto de caráter compulsório, requeridos por comissões de valores mobiliários ou associações, quanto voluntário, que abrange informações não obrigatórias por leis, oferecendo maior transparência no âmbito corporativo (LIMA, 2007).

As evidenciações obrigatórias, aqui entendidas como *disclosure* obrigatório, funcionam como um determinante na relação da necessidade de informação dos usuários e informações que empresas não estariam dispostas a evidenciar. Não sendo obrigatório, as informações contábeis seriam restritas aquelas cujo os custos fossem inferiores aos benefícios que trariam para a entidade demonstrando parcialmente sua situação (MURCIA, 2009).

O *disclosure* deve esclarecer a verdadeira situação econômico-financeira, operacional e física aos seus usuários de modo que sejam úteis também para prognóstico futuro, sendo obtidos por meio de relatórios anuais, que incluem as demonstrações contábeis, relatórios da administração, notas explicativas, entre outros (CUNHA, 2010).

Quanto às demonstrações contábeis, necessárias para fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, tem-se no pronunciamento do CPC 00 (2008) que:

[...] o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração das mutações na posição financeira (demonstração dos fluxos de caixa, de origens e aplicações de recursos ou alternativa reconhecida e aceitável), a demonstração das mutações do patrimônio líquido, notas explicativas e outras demonstrações e material explicativo que são parte integrante dessas demonstrações contábeis [...] (PRONUNCIAMENTO TÉCNICOS CONTÁBEIS, 2008, p.22).

Ao tratar das sociedades cooperativas como objeto desse estudo, têm-se a Lei 5.764/1971, que define a política nacional de cooperativismo e classifica como informações obrigatórias a serem divulgadas todas as normas estabelecidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, dispostas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A NBC T 10.8 estabelece a obrigatoriedade de divulgação do a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração de Sobras ou Perdas; c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido d) Demonstração dos Fluxos de Caixa e; e) Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis adotando as nomenclaturas (terminologias) próprias da entidade cooperativa.

Quanto às evidenciações voluntárias, se caracterizam pelas informações, além das obrigatórias, na análise das demonstrações da entidade. Dentre elas pode-se destacar o Balanço Social, que expressa o caráter de responsabilidade socioambiental e conseqüentemente informa o patrimônio e ações de uma determinada organização, ou seja, um instrumento que permite avaliar os riscos e projeções de investimento na área social e ambiental (DANTAS e VIEIRA, 2015).

Outra evidenciação voluntária com destaque é o *Global Reporting Initiative* (GRI), que busca difundir e delinear diretrizes adequadas na elaboração dos relatórios de sustentabilidade, por meio da evidenciação financeira, ambiental, social, produtos e serviços (DANTAS e VIEIRA, 2015).

Com a prática do *disclosure* voluntário, há um aumento da qualidade e transparência das informações divulgadas pelas organizações, pois quando há um maior detalhamento dos dados e particularidades operacional da empresa, haverá, conseqüentemente, uma maior segurança na tomada de decisão dos usuários interessados pelas informações (SILVA, ALBERTON e VICENTE, 2012).

A prática do *disclosure* voluntário pode apresentar-se limitado, pois, por vezes, pode gerar altos custos aos gestores, como processamento, elaboração e divulgação das informações, mas que ao mesmo tempo podem oferecer benefícios, como um menor custo de capital próprio e de terceiros, ações mais líquidas e menos

voláteis, maior atratividade e acompanhamento por parte dos analistas e investidores (MURCIA, 2009).

Dessa maneira, é por meio das evidenciações divulgadas publicamente pelas cooperativas aos usuários, que será avaliada as práticas de *disclosure* voluntário adotadas no setor agropecuário.

### 2.3 ESTUDOS PRECEDENTES

Nesse tópico busca-se discutir os estudos precedentes sobre *disclosure* voluntário encontrados na literatura. Assim, é apresentado no Quadro 3 uma síntese contendo objetivo e principais resultados das pesquisas anteriores

<b>Objetivo</b>	<b>Principais Resultados</b>	<b>Autor (ano)</b>
Comparar o nível de <i>disclosure</i> voluntário nas demonstrações financeiras das cooperativas agropecuárias com o nível de <i>disclosure</i> voluntário constante nas demonstrações financeiras das companhias de capital aberto do segmento de agropecuária.	As cooperativas possuem maior <i>disclosure</i> ambiental e social e as empresas de capital aberto possuem maior <i>disclosure</i> econômico.	Schultz et. al. (2012)
Identificar as principais práticas de <i>disclosure</i> voluntário das empresas do setor elétrico listadas na BM&FBOVESPA e criar um ranking de maiores níveis de divulgação voluntária entre estas empresas.	Os resultados indicam que algumas empresas evidenciam um número significativo de informações, enquanto outras se atentaram apenas em cumprir o que é exigido por lei, e divulgam poucas informações de forma voluntária.	Silva, Alberton e Vicente (2012)
Verificar as práticas de <i>disclosure</i> voluntário nas Demonstrações Financeiras das cooperativas de crédito do Estado de Goiás.	Os resultados indicaram pouca evidência voluntária, sendo que a maioria se preocupou em cumprir as exigências da legislação.	Alves (2013)
Verificar a relação entre os indicadores econômicos e financeiros e o <i>disclosure</i> voluntário das empresas listadas na BM&FBovespa.	Entre as empresas analisadas observou-se que as informações mais evidenciadas de forma voluntária são as relacionadas aos aspectos econômicos, em segundo lugar aparecem os aspectos sociais e por fim os ambientais.	Zanoello et. al. (2015)

Objetivo	Principais Resultados	Autor (ano)
Investigar o nível de <i>disclosure</i> socioambiental da empresa brasileira, de acordo com o potencial de agressão ao meio ambiente.	Como resultados os autores evidenciaram que as empresas classificadas de maior impacto ambiental apresentam, em geral, maiores índices de <i>disclosure</i> social e ambiental.	Junior e Crisóstomo (2017)
Descrever o <i>disclosure</i> voluntário socioambiental em cooperativas agropecuárias brasileiras.	Foi evidenciado que há maior divulgação social do que a divulgação ambiental no <i>disclosure</i> das cooperativas agropecuárias analisadas.	Santana et. al. (2017)

**Quadro 3. Estudos Precedentes.**  
**Fonte: Elaborado pelos autores (2018).**

Os estudos precedentes listados no Quadro 3 representam o *disclosure* voluntário em diferentes cenários, evidenciando a importância e relevância do tema nas organizações.

Schultz et. al. (2012) e Zanoello et. al. (2015) expuseram em seus estudos que as empresas listadas na BM&FBOVESPA tiveram maior divulgação de informações econômico-financeiras do que informações socioambientais.

Quanto ao *disclosure* socioambiental, as informações sociais apresentam maior evidência do que as informações ambientais, observando-se o estudo de Santana et. al. (2017) e Zanoello et. al. (2015).

O estudo de Silva, Alberton e Vicente (2012) demonstra que somente algumas empresas do setor elétrico, listadas na BM&FBOVESPA possuem um número significativo de informações voluntárias. Assim como as cooperativas de crédito do Estado de Goiás, onde as empresas se preocuparam, em sua maioria, com as informações de cunho obrigatório (ALVES, 2013).



### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A seção da metodologia da pesquisa será subdividida em (i) enquadramento metodológico; (ii) procedimentos de coleta e análise de dados.

#### 3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Segundo Ribeiro et. al. (2010), um importante instrumento de caracterização de uma pesquisa é o uso da metodologia, sendo a correta forma mediante a qual se empregam métodos e técnicas que são adequados para que seja conquistado o conhecimento acerca do objeto de estudo.

Este trabalho se fundamenta como pesquisa descritiva, pois envolve técnicas de coleta de dados a partir de uma padronização, afim de um levantamento, onde “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles” (PRADANOV e FREITAS, 2013, p. 52). O enquadramento do presente trabalho se caracteriza na utilização de métrica já desenvolvida por Murcia (2009) para coleta de dados.

Como este trabalho busca avaliar as práticas *disclosure* voluntário em cooperativas por meio da análise de suas demonstrações financeiras, ou seja, por meio de documentos que não sofreram um tratamento analítico, esta pesquisa se caracteriza como natureza do trabalho documental (GIL, 1999).

Esta pesquisa possui abordagem predominantemente qualitativa, pois busca apresentar quais informações de *disclosure* estão presentes nos relatórios anuais das cooperativas considerando as informações econômicas, sociais e ambientais, buscando uma compreensão particular daquilo que se estuda (RAMPAZZO, 2005).

A pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos que não podem ser quantificados, onde o pesquisador procura aprofundar-se na compreensão de ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social, interpretando-os segundo a perspectiva dos participantes da situação enfocada (TERENCE e FILHO, 2006).

### 3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Este trabalho busca avaliar as práticas de *disclosure* voluntário adotadas pelas cooperativas agropecuárias do Paraná. Para isso, inicialmente foi realizado um levantamento das cooperativas agropecuárias paranaenses por meio do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR, onde verificou-se atualmente a existência de 69 cooperativas listadas no setor agropecuário.

De posse da lista das 69 cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná buscou-se as demonstrações contábeis no ano de 2015 a 2017. As demonstrações contábeis foram levantadas a partir das informações divulgadas nos *sites* das cooperativas conforme a sua disponibilidade para *download*. Do total de cooperativas levantadas, 44 possuíam *site* para busca dos relatórios e dessas, 12 cooperativas apresentaram relatório anual dos períodos referidos. Estes relatórios então foram avaliados por meio da técnica de análise de conteúdo.

A técnica de análise de conteúdo consiste em um instrumento metodológico na busca pelo pesquisador em compreender as estruturas, modelos e características que estão por trás de discursos diversos e a todas as formas de comunicação (GODOY, 1995). Na análise de conteúdo, referenciada por Bardin (*apud* GODOY, 1995), segue-se em três fases, sendo primeira a pré-análise onde é feito um exame inicial dos documentos e a organização dos procedimentos que neste trabalho foram feitos através dos relatórios anuais das cooperativas.

A segunda fase da análise de conteúdo consiste na exploração de materiais onde ocorre os procedimentos de codificação, classificação e categorização (GODOY, 1995), aqui relacionados por meio da métrica utilizada para análise dos relatórios, ou seja, foi feita a exploração com vistas aos itens que compõem a métrica de Murcia (2009).

No tratamento dos resultados por inferência e interpretação, última fase da análise de conteúdo, o pesquisador procura tornar os resultados significativos e válidos em busca de padrões, tendências ou relações implícitas por meio de palavras ou expressões (GODOY, 1995), identificadas neste trabalho por meio da relação com os significados das subcategorias da métrica utilizada para a análise dos relatórios anuais das cooperativas.

Na análise dos resultados deste trabalho utilizou-se a métrica apresentada por Murcia (2009) que consiste na evidenciação voluntária das empresas brasileiras, para análise de informações econômicas, sociais e ambientais. Nesta métrica, são classificadas categorias e subcategorias, que foram ajustadas pelos autores para que fossem adequadas às normas contábeis vigentes às sociedades cooperativas.

Dentre os ajustes, houve a exclusão da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), pois de acordo com as IFRS (Normas Internacionais de Contabilidade) não mais se caracteriza como informação voluntária como é apresentado no trabalho de Murcia (2009), mantendo-se assim a análise apenas no âmbito de informações voluntárias.

Outro ajuste feito foi referente a subcategoria “Preço ou valorização das ações por tipo (ON, PN)”, onde foi retirado da categoria “Informações Financeiras”, referente às Informações Econômicas, pois são informações inerentes a companhias de capital aberto não cabendo a análise do *disclosure* voluntário das cooperativas.

Seguindo o propósito de aproximar a métrica à realidade das cooperativas, outro ajuste das Informações Econômicas foi a exclusão da subcategoria “Principais acionistas”, pois diante da legislação das cooperativas não há acionistas e os cooperados que são vistos como acionistas, possuem mesmo poder de voto, ou seja, o controle é democrático (LEI 5.764/1971).

A categoria de “Políticas de reinvestimento dos lucros”, presente na grande categoria de *disclosure* voluntário econômico foi adaptada à nomenclatura de acordo com a legislação pertinente as cooperativas sendo renomeada para “Políticas de reinvestimento de sobras”.

Em relação à Demonstração de Valor Adicionado (DVA), esta será considerada divulgação voluntária, pois as sociedades cooperativas são entendidas pelo Código Civil (LEI Nº 10.406/2002), nos artigos 1.093 a 1.096, como uma estrutura societária, sendo consideradas sociedades simples. No artigo 982, distingue as sociedades simples das sociedades empresárias, o que não compete as cooperativas evidenciar a DVA com informação obrigatória

Após as adaptações realizadas na metodologia proposta por Murcia (2009), restaram 89 (oitenta e nove) itens para análise, divididos em 3 (três) grandes categorias: informações econômicas (40), ambientais (34) e sociais (15). A primeira categoria é composta por 40 subcategorias: ambiente de negócios (8), atividade

operacional (8), aspectos estratégicos (8), informações financeiras (5), índices financeiros (4) e governança corporativa (7).

Na sequência, o Quadro 4, evidencia as categorias e subcategorias citadas, para as análises econômicas:

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>
Ambiente de Negócios	Efeitos dos eventos econômicos na empresa (taxa de juros, inflação, crises, guerra); Discussão do setor em que a empresa atua; Discussão da concorrência; Relacionamento com fornecedores; Satisfação dos clientes; <i>Market share</i> ; Identificação dos riscos do negócio; Exposição cambial.
Atividade Operacional	Narrativa da história da empresa; Estrutura organizacional; Aspectos tecnológicos da atividade operacional; Informações por segmento ou linha de negócio; Utilização da capacidade produtiva; Indicadores de eficiência; Quantidades produzidas e/ou serviços prestados; Unidades vendidas.
Aspectos Estratégicos	Objetivos, planos e metas futuras da empresa; Perspectiva de novos investimentos; Principais mercados de atuação; Perspectivas de novos mercados que a empresa pretende atuar; Política de reinvestimento de sobras; Pesquisa e desenvolvimento; Discussão da qualidade dos produtos e serviços; Preço dos produtos e serviços da empresa.
Informações Financeiras	Correção monetária; Informações contábeis em US GAAP ou IFRS; Informações detalhada sobre os custos dos produtos, serviços (CMV, CPV); Valor de mercado; Projeções (fluxo de caixa, vendas, lucros).
Índices Financeiros	Indicadores de rentabilidade (ROE, ROA); Indicadores de liquidez (liquidez corrente, liquidez seca); Indicadores de endividamento (PL - Passivo, PC-PELP); EBITDA.
Governança Corporativa	Principais práticas de governança corporativa; Composição do conselho fiscal; Composição do conselho de administração; Identificação dos principais administradores; Remuneração dos administradores; Remuneração dos auditores; Relacionamento com os investidores.

**Quadro 4. Classificação *disclosure* voluntário – Informações Econômicas.**  
Fonte: Murcia (2009, p. 83) adaptado pelos autores.

A segunda grande categoria, formada por informações de caráter ambiental, está dividido em 8 (oito) categorias e 34 (trinta e quatro) subcategorias: políticas ambientais (5), gestão e auditoria ambiental (3), impacto dos produtos e serviços no meio ambiente (7), energia (3), informações financeiras ambientais (6), educação e pesquisa ambiental (2), mercado de créditos de carbono (4) e outras informações ambientais (4).

O Quadro 5 apresenta as categorias e subcategorias citadas, que serão utilizadas para análise das informações ambientais:

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>
Políticas Ambientais	Declaração das políticas, práticas, ações atuais; Estabelecimento de metas e objetivos ambientais; <i>Compliance</i> com a legislação ambiental; Parcerias, conselhos, fóruns ambientais; Prêmios e participações em índices ambientais.
Gestão e Auditoria Ambiental	Gestão ambiental; ISOs 9000; Auditoria ambiental.
Impactos dos produtos e Processos no Meio Ambiente	Desperdícios e resíduos; Processo de acondicionamento (embalagem); Reciclagem; Desenvolvimento de produtos ecológicos; Uso eficiente e/ou reutilização da água; Impacto no meio ambiente (vazamentos, derramamentos, terra utilizada, etc.); Reparos aos danos ambientais.
Energia	Conservação e/ou utilização mais eficiente nas operações; Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia; Desenvolvimento ou exploração de novas fontes de energia.
Informações Financeiras Ambientais	Investimentos ambientais; Custo e/ou despesas ambientais; Passivos ambientais; Práticas contábeis de itens ambientais; Seguro ambiental; Ativos ambientais intangíveis.
Educação e Pesquisa Ambiental	Educação ambiental (internamente e/ou comunidade); Pesquisas relacionadas ao meio ambiente.
Mercado de Créditos de Carbono	Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL); Créditos de carbono; Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE); Certificados de Emissões Reduzidas (CER).
Outras Informações Ambientais	Menção relativa à sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável; Gerenciamento de florestas e/ou reflorestamento; Conservação da biodiversidade; Relacionamento ambiental com <i>stakeholders</i> .

**Quadro 5. Classificação *disclosure* voluntário – Informações Ambientais.**

Fonte: Murcia (2009, p. 85) adaptado pelos autores.

A terceira grande categoria, composta pelas informações de caráter social, está dividido em 3 (três) categorias e 15 subcategorias: informações financeiras sociais (4), produtos e serviços (2) e colaboradores (9), conforme ilustrado no Quadro 6:

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>
Informações Financeiras Sociais	Demonstração do Valor Adicionado (DVA) Menções ao valor adicionado ou distribuído Investimentos de caráter social; Gastos em projetos sociais.
Produtos/ Serviços	Produto/serviço da empresa estão adequados às normas de segurança; Menção a reclamações sobre produtos e/ou serviços.
Colaboradores (Não Administradores)	Número de funcionários; Remuneração dos funcionários; Benefícios aos funcionários; Satisfação dos funcionários; Informação sobre minorias na força de trabalho; Educação e treinamento dos funcionários; Segurança no local de trabalho; Dados sobre acidentes de trabalho; Relacionamento com sindicatos ou órgãos de classe.

**Quadro 6. Classificação *disclosure* voluntário – Informações Sociais.**

Fonte: Murcia (2009, p. 84) adaptado pelos autores.

Ainda seguindo a metodologia descrita por Murcia (2009), o nível de *disclosure* foi evidenciado de forma binária, atribuindo-se valor 1 às subcategorias satisfeitas na pesquisa e 0 às subcategorias não satisfeitas. Serão analisadas as somas das subcategorias de cada empresa, podendo totalizar, no máximo, 89 pontos, situação em que todas as subcategorias analisadas seriam satisfeitas (SANTOS, 2015).

Ressalta-se que para avaliar a qualidade do *disclosure* o pesquisador necessita reconhecer a construção da métrica específica de determinado contexto e que a avaliação baseia-se na percepção subjetiva do pesquisador e não no efetivo uso das informações pelos usuários (HAIL, 2002 apud MURCIA 2009).

Para este trabalho não foram atribuídos pesos diferenciados para as informações divulgadas e sim pela sua existência, seguindo a metodologia utilizada por Murcia (2009), buscando assim, determinar um nível geral de *disclosure* voluntário.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A apresentação dos resultados obtidos neste trabalho estão organizada em quatro partes, sendo: (i) *disclosure* voluntário econômico; (ii) *disclosure* voluntário na categoria ambiental; (iii) o *disclosure* voluntário no âmbito social; e (iv) análise geral das cooperativas de acordo com as práticas de *disclosure* voluntário.

Conforme descrito anteriormente na seção da metodologia foi feito um levantamento de 69 cooperativas do ramo agropecuário. Destas foram selecionados 44 cooperativas que possuíam site para busca dos relatórios, sendo que 12 cooperativas, conforme listadas no Quadro 7, apresentaram relatório anual dos períodos entre 2015 e 2017, os quais foram analisados e pontuados de acordo com a métrica utilizada.

<b>COOPERATIVAS</b>
CVale
Capal
Castrolanda
Coasul
Coopagricola
Coopavel
Copacol
Copagril
Frimesa
Frisia
Primato
Unitá

**Quadro 7. Lista de Cooperativas.**  
**Fonte: Dados da Pesquisa (2018).**

Os relatórios disponibilizados nos *sites* das cooperativas listadas possibilitaram, por meio da análise de conteúdo, analisar cada categoria e subcategoria presentes na métrica e assim atingir os resultados discutidos a seguir.

#### 4.1 DISCLOSURE VOLUNTÁRIO ECONÔMICO

No *disclosure* econômico, a primeira categoria trata do ambiente de negócios, relacionado a aspectos de concorrência, clientes, fornecedores, riscos e setor em que a cooperativa atua. Na Tabela 1 é apresentado o número e percentual de cooperativas que evidenciaram informações relativas a cada subcategoria apresentada no ambiente de negócios.

**Tabela 1. Categoria Econômica de Ambiente de Negócios**

Subcategoria	2015		2016		2017	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Efeitos dos eventos econômicos na empresa	3	25%	2	17%	2	17%
Discussão do setor em que a empresa atua	6	60%	5	42%	5	42%
Discussão da concorrência	2	17%	1	8%	1	8%
Relacionamento com fornecedores	8	67%	8	67%	8	67%
Satisfação dos clientes	0	0%	0	0%	0	0%
<i>Market share</i>	1	8%	1	8%	1	8%
Identificação dos riscos do negócio	7	58%	7	58%	8	67%
Exposição cambial	5	42%	5	42%	6	50%

**Fonte: Dados da Pesquisa (2018).**

É possível perceber que as cooperativas apresentaram uma maior preocupação com o relacionamento com os fornecedores. Segundo a Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR), os associados das cooperativas são também vistos como fornecedores o que pode estar relacionado com o percentual de evidenciação a respeito das relações com os mesmos. Por outro lado, destaca-se que nenhuma das cooperativas apresentou discussões acerca da “Satisfação dos clientes” em nenhum dos períodos analisados.

Vale ressaltar, que houve um aumento na discussão do risco de negócio, destacando o risco de mercado, associado às taxas de juros, oriundo da possibilidade de incorrer perdas devido às flutuações das taxas de juros aumentando as despesas financeiras decorrentes dos empréstimos e financiamento captados no mercado, como mencionado nos relatórios das cooperativas.

Na Tabela 2 são demonstrados os resultados obtidos a partir da análise do *disclosure* voluntário de categoria econômica na atividade operacional da



cooperativa, onde engloba os aspectos organizacionais, tecnológicos, produção, eficiência, etc.

**Tabela 2. Categoria Econômica de Atividade Operacional**

Subcategoria	2015		2016		2017	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Narrativa da história da empresa	0	0%	0	0%	0	0%
Estrutura organizacional	1	8%	2	8%	2	17%
Aspectos tecnológicos da atividade operacional	3	25%	2	25%	2	17%
Informações por segmento ou linha de negócio	8	67%	8	67%	8	67%
Utilização da capacidade produtiva	0	0%	0	0%	0	0%
Indicadores de eficiência	5	42%	5	42%	5	42%
Quantidades produzidas e/ou serviços prestados	11	92%	11	92%	11	92%
Unidades Vendidas	2	17%	2	17%	2	17%

**Fonte: Dados da Pesquisa (2018).**

Percebe-se que onze (92%) das cooperativas analisadas demonstraram ao longo dos três anos, informações referentes às “quantidades produzidas e/ou serviços prestados”, mas não houve menção da utilização de sua capacidade produtiva.

As cooperativas apresentaram também em grande parte, “Informações por segmento ou linha de negócio”, ressaltando que algumas cooperativas atuam em mais de um setor da economia e se torna fundamental a demonstração destas informações, como é o caso da COOPAVEL que atua com serviços nos três setores da economia, sendo na produção de grãos, industrialização e serviços bancários (CrediCoopavel), e a COASUL que atua nas atividade de produção agrícola, fabricação de ração e supermercados, por exemplo. Ressalta-se que as demais cooperativas não apresentaram informações a respeito de serviços bancários.

Os relatórios anuais das cooperativas também apresentaram discussões dos aspectos estratégicos das mesmas, referente as metas, perspectivas de novos investimentos, principais mercados de atuação, qualidade dos produtos, etc. Assim, a Tabela 3 evidencia os resultados da subcategoria de informações estratégicas.

**Tabela 3. Categoria Econômica de Aspectos Estratégicos**

Subcategoria	2015		2016		2017	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%

<i>Subcategoria</i>	<b>2015</b>		<b>2016</b>		<b>2017</b>	
	<i>Nº</i>	<i>%</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
Objetivos, planos e metas futuras da empresa	7	58%	7	58%	7	58%
Perspectivas de novos investimentos	8	67%	9	75%	8	67%
Principais mercados de atuação	12	100%	12	100%	12	100%
Perspectivas de novos mercados que a empresa pretende atuar	0	0%	0	0%	0	0%
Política de reinvestimento de sobras	0	0%	0	0%	0	0%
Pesquisa e desenvolvimento	1	8%	1	8%	2	17%
Discussão da qualidade dos produtos e serviços	2	17%	2	17%	2	17%
Preço dos produtos e serviços	1	8%	1	8%	1	8%

**Fonte: Dados da Pesquisa (2018).**

É notável que todas as cooperativas ao longo dos três anos analisados apresentaram em seus relatórios os “principais mercados de atuação”, por meio da apresentação das suas principais atividades desenvolvidas, podendo ser correlacionado com as “informações por segmento ou linha de negócio” (Tabela 2), pois com as informações sobre o segmento ou linha de negócio é possível determinar os mercados de atuação das cooperativas na produção e industrialização agropecuária.

Outro dado que chama a atenção é o das “perspectivas de novos investimentos”, que, na grande maioria das cooperativas apresentaram informações em melhorias e eficiência da qualidade e quantidade dos produtos e serviços para atender aos seus cooperados.

Mais da metade das cooperativas apresentaram perspectivas de continuidade do negócio a partir dos “objetivos, planos e metas futuras” no aumento da produção, faturamento, patrimônio e investimentos para os anos subsequentes.

Algumas cooperativas optaram por evidenciar informações de natureza financeira, não obrigatória. Na Tabela 4 é apresentado a quantidade e percentual de cooperativas que evidenciaram informações de caráter financeiro de maneira voluntária.

**Tabela 4. Categoria Econômica de Informações Financeiras**

<i>Subcategoria</i>	<b>2015</b>		<b>2016</b>		<b>2017</b>	
	<i>Nº</i>	<i>%</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
Correção monetária	0	0%	0	0%	1	8%

<b>Subcategoria</b>	<b>2015</b>		<b>2016</b>		<b>2017</b>	
	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Informações contábeis em US GAAP ou IFRS	0	0%	0	0%	0	0%
Informações detalhada sobre os custos dos produtos, serviços (CMV, CPV)	3	25%	3	25%	3	25%
Valor de mercado	0	0%	0	0%	0	0%
Projeções (fluxo de caixa, vendas, lucros)	7	58%	7	58%	7	58%

**Fonte: Dados da Pesquisa (2018).**

Ainda que apenas duas das subcategorias de informações financeiras apresentaram resultados para análise, sete (58%) das cooperativas demonstraram projeções de suas vendas e lucros e três (25%) detalharam os seus custos de produtos e serviços, como é o caso da CVALE e FRIMESA que apresentaram seus custos separadamente de acordo com cada produto e serviço vendido e a COASUL que demonstrou, além dos produtos e serviços, os custos por atividade (supermercados, fábrica de rações, complexo avícola e cereais).

Na Tabela 5 são evidenciadas as informações sobre indicadores financeiros identificados nos relatórios.

**Tabela 5. Categoria Econômica de Índices Financeiros**

<b>Subcategoria</b>	<b>2015</b>		<b>2016</b>		<b>2017</b>	
	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Indicadores de rentabilidade (ROE, ROA)	1	8%	1	8%	1	8%
Indicadores de liquidez (liquidez corrente, liquidez seca)	3	25%	4	33%	4	33%
Indicadores de endividamento (PL-Passivo, PC-PELP)	2	17%	2	17%	2	17%
EBITDA	2	17%	2	17%	2	17%

**Fonte: Dados da Pesquisa (2018).**

A evidenciação dos índices de rentabilidade, liquidez, endividamento e EBITDA, foram pouco divulgados por parte das cooperativas. O índice mais evidenciado foi o de liquidez e, de forma geral, a informação fornecida pelas cooperativas é de que a partir dos resultados obtidos por elas, não há indicativos de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio ou longo prazo.

A última categoria econômica apresentada se refere a governança corporativa, que envolve suas práticas, composição e remuneração de conselhos, etc., como é demonstrado na Tabela 6.

**Tabela 6. Categoria Econômica de Governança Corporativa**

Subcategoria	2015		2016		2017	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Principais práticas de governança corporativa	0	0%	0	0%	0	0%
Composição do conselho fiscal	12	100%	11	92%	11	92%
Composição do conselho de administração	12	100%	12	100%	12	100%
Identificação dos principais administradores	12	100%	12	100%	12	100%
Remuneração dos administradores	2	17%	2	17%	2	17%
Remuneração dos auditores	0	0%	0	0%	0	0%
Relacionamento com os investidores	0	0%	0	0%	0	0%

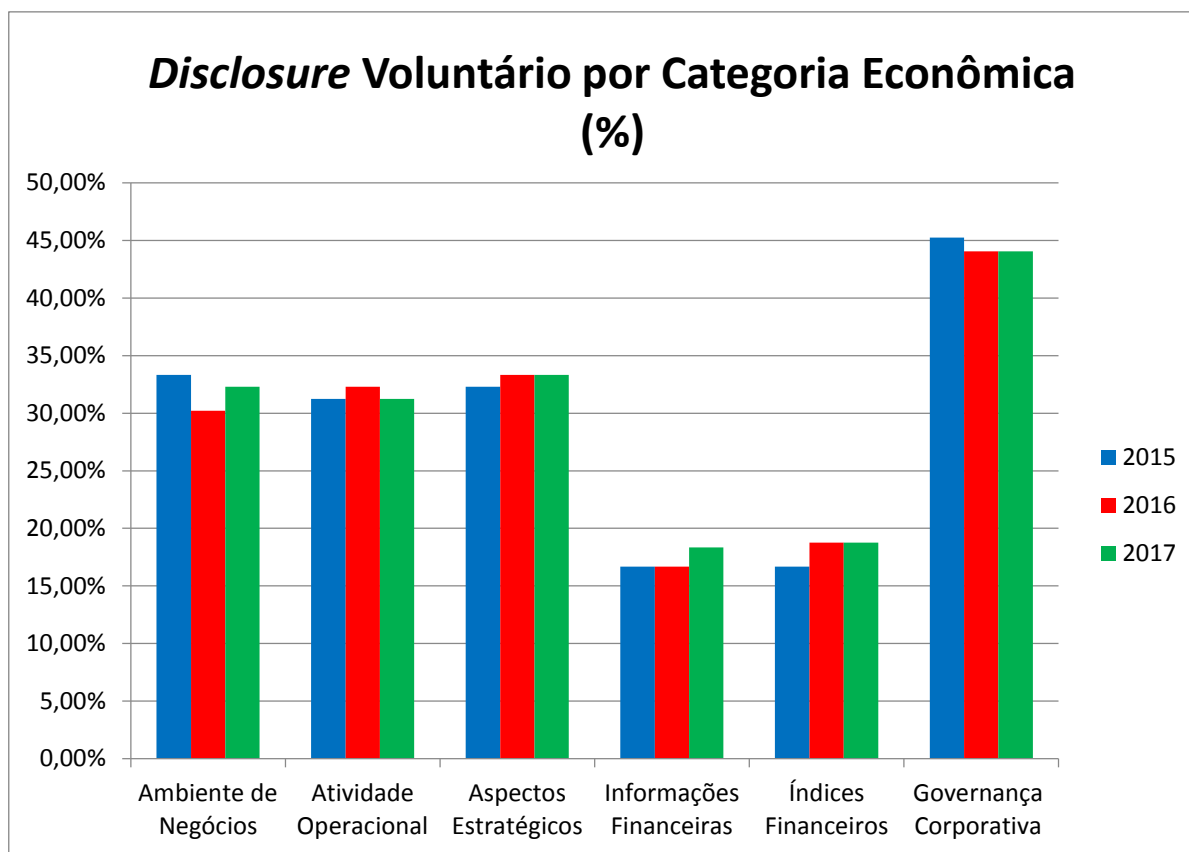
**Fonte: Dados da Pesquisa (2018).**

Todas as cooperativas demonstraram a “composição do conselho administrativo” e “identificação dos principais administradores”. No “conselho fiscal” todas as cooperativas também evidenciaram-no em 2015, não sendo apresentado em 2016 e 2017 por apenas uma cooperativa. Ressalta-se que esta composição composta por associados eleitos é obrigatória no ato constitutivo das cooperativas, conforme Lei 5.764 de 1971, salvo quando por contratação, mas sua evidenciação em relatório não é obrigatória, se caracterizando neste trabalho como voluntária.

A “remuneração dos administradores” foi apresentada nos relatórios por apenas duas cooperativas ao longo dos anos envolvidos. A demonstração de deu em conta separada e totalizadora do valor dos salários de administradores.

Vale ressaltar que todas as cooperativas apresentaram relatório de auditoria, mas nenhuma fez menção ao valor gasto com os serviços de auditoria, limitando-se apenas na sua divulgação.

Finalizada a avaliação do *disclosure* econômico, buscou-se identificar quais categorias tiveram maior divulgação pelas cooperativas. Para isso, em categoria analisada foi somado o total de cooperativas que evidenciaram informações e esse número foi dividido pelo máximo de cooperativas que poderiam ter evidenciado (ou seja, 12 vezes a quantidade de subcategorias). Os resultados constam no Gráfico 1.



**Gráfico 1. Percentual de *disclosure* voluntário por categoria econômica.**  
**Fonte: Dados da Pesquisa (2018).**

De modo geral, entre as categorias econômicas analisadas, somente a categoria de Índices Financeiros que apresentou evidenciação em todas as subcategorias, porém com uma participação muito pequena das cooperativas. A categoria que mais concentrou práticas pelas cooperativas foi a de governança corporativa.

Para certo comparativo e contrapondo estes resultados, Zanoello et. al. (2015), demonstrou que as informações relacionadas ao ambiente de negócios, governança corporativa e atividade operacional foram as informações menos evidenciadas por parte de empresas envolvidas em seus estudos, sendo estas de capital aberto presentes no BM&Fbovespa.

Voltado às cooperativas, a governança corporativa foi a categoria com mais concentração de práticas de *disclosure* voluntário econômico, também evidenciado por Schultz et. al. (2012), que analisou os níveis de *disclosure* voluntario entre cooperativas e empresas de capital aberto, constatando uma maior evidenciação sobre governança corporativa nas cooperativas.

Na análise de Alves (2013), do *disclosure* voluntário econômico em cooperativas de crédito de Goiânia, também constatou que entre as três subcategorias mais evidenciadas, duas fazem parte da categoria de governança corporativa.

Vale ressaltar, que mesmo possuindo um maior percentual de evidenciação, a governança corporativa ainda representa um nível baixo de informação pelo fato de não ser evidenciado ao menos metade das informações adicionais dessa natureza, o que se assemelha a pesquisa de Alves (2013), a respeito do *disclosure* voluntário econômico em cooperativas de crédito de Goiânia, foi que as cooperativas também apresentaram índice inferior a cinquenta por cento, para tanto, um percentual ruim de *disclosure* voluntário desta categoria.

#### 4.2 DISCLOSURE VOLUNTÁRIO AMBIENTAL

Outro grupo da métrica elaborada por Murcia (2009), para analisar o *disclosure* voluntário de entidades, trata das informações de natureza ambiental que engloba as categorias de políticas ambientais, gestão e auditoria ambiental, impacto dos produtos e processos no meio ambiente, energia, informações financeiras ambientais, educação e pesquisa ambiental, mercado de crédito de carbono e outras informações ambientais.

A Tabela 7 traz a relação das políticas ambientais praticadas pelas cooperativas.

**Tabela 7. Categoria Ambiental de Políticas Ambientais**

Subcategoria	2015		2016		2017	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Declaração das políticas, práticas, ações atuais	4	33%	5	42%	4	33%
Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	1	8%	1	8%	1	8%
<i>Compliance</i> com a legislação ambiental	3	25%	3	25%	3	25%
Parcerias, conselhos, fóruns ambientais	1	8%	1	8%	1	8%
Prêmios e participações em índices ambientais	1	8%	2	17%	1	8%

**Fonte: Dados da Pesquisa (2018).**

De maneira geral, verifica-se que as duas subcategorias com maior ocorrência contemplam menos da metade das cooperativas analisadas, sendo que: (i) 33% fazem algum tipo de menção de suas políticas, práticas e ações ambientais, como é o caso da cooperativa FRÍSIA, com informações mais abrangentes do que as demais cooperativas nessa subcategoria, que demonstrou ações de coletas, licenciamentos e cadastros ambientais, projetos, palestras e plantio de árvores; e (ii) 25% evidenciaram o nível de *compliance* com a legislação ambiental, como exemplo a FRIMESA, que apresentou um percentual de conformidade ambiental entre os anos analisados de 95%, 96,42% e 86,9%, respectivamente, enquanto as demais cooperativas apresentaram apenas ações para conformidade com a legislação ambiental.

Aspectos relacionados à gestão e auditoria ambiental na busca da conformidade com a legislação ambiental também foram analisados nos relatórios das cooperativas analisadas. Os resultados dessa análise foram apresentados na Tabela 8.

**Tabela 8. Categoria Ambiental de Gestão e Auditoria Ambiental**

Subcategoria	2015		2016		2017	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Gestão ambiental	1	8%	1	8%	2	11%
ISOs 9000	1	8%	1	8%	1	8%
Auditoria ambiental	1	8%	1	8%	1	8%

**Fonte: Dados da Pesquisa (2018).**

Quanto a gestão e auditoria ambiental, na Tabela 8 tem-se que apenas uma cooperativa apresentou informações acerca de cada subcategoria ambiental por ano. Ressalta-se que as cooperativas FRISIA, apenas em 2017, e a FRIMESA, ao longo dos três anos analisados, apresentaram informações de gestão e monitoramento dos aspectos ambientais e cumprimento dos requisitos legais para atender as conformidades da legislação ambiental, sendo a FRIMESA também a única cooperativa que apresentou auditoria ambiental. Apenas a cooperativa CASTROLANDA apresentou nos relatórios anuais a certificação do ISO 9001 por meio de seu sistema de gestão da qualidade.

O impacto dos produtos e processos da empresa no meio ambiente é outro tipo de informação ambiental que pode ser considerada relevante, pois na medida

em que esses impactos se apresentem, podem gerar passivos ambientais (MURCIA, 2009). A Tabela 9 apresenta os resultados dessa categoria.

**Tabela 9. Categoria Ambiental de Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente**

Subcategoria	2015		2016		2017	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Desperdícios e resíduos	2	17%	2	17%	4	33%
Processo de acondicionamento (embalagens)	1	8%	1	8%	1	8%
Reciclagem	1	8%	2	17%	2	17%
Desenvolvimento de produtos ecológicos	0	0%	0	0%	0	0%
Uso eficiente e/ou reutilização da água	3	25%	2	17%	1	8%
Impacto no meio ambiente (vazamentos, terra utilizada, etc.)	0	0%	0	0%	0	0%
Reparos aos danos	0	0%	0	0%	0	0%

**Fonte: Dados da Pesquisa (2018).**

Foram poucas as informações fornecidas a respeito dessa categoria, sendo o “Uso eficiente e/ou reutilização da água” que apresenta maior número de cooperativas que o evidenciaram em 2015 e diminui nos anos posteriores. As cooperativas CVALE, CASTROLANDO e COPACOL, em 2015, apresentaram informação de tratamento de água para reutilização.

Em 2016, ainda na análise do “Uso eficiente e/ou reutilização da água”, a CASTROLANDA leva destaque pela implantação do sistema de captação da água do telhado para reuso em banheiros e prevenções de incêndios. Em 2017 a COPACOL, sendo a única cooperativa a apresentar informações dessa subcategoria, apresentou investimento previsto de oito milhões de reais, com projeto para reutilizar até três milhões de litros de água por dia.

Nos desperdícios e resíduos a situação é o oposto da anterior, ou seja, de duas cooperativas que mencionaram nos seus relatórios em 2015 e 2016, passou para quatro em 2017. As cooperativas FRISIA e COPACOL apresentaram em seus relatórios, programas específicos, sendo o programa Coleta Legal pela FRISIA e programa Copacol Recicla, pela cooperativa COPACOL, ambas com objetivo de coletar e reciclar resíduos ocasionados pelas suas atividades. A PRIMATO e UNITÁ, que evidenciaram nessa subcategoria em 2017, também fazem o tratamento dos resíduos, mas não possuem um programa específico para tal atividade.



É evidente que a grande maioria das cooperativas não apresentaram informações adicionais referentes aos impactos ambientais, mas não se deve afirmar de que as mesmas realmente não possuam ou não reparam impactos ao meio ambiente decorrentes de suas atividades, ressaltando que tais informações apenas não constaram em seus relatórios nos anos analisados.

Na categoria ambiental de energia foram observadas informações referentes a conservação, uso eficiente e desenvolvimento de novas fontes de energia (Tabela 10).

**Tabela 10. Categoria Ambiental de Energia**

Subcategoria	2015		2016		2017	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Conservação e/ou utilização mais eficiente nas operações	0	0%	0	0%	0	0%
Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia	1	8%	1	8%	2	17%
Desenvolvimento ou exploração de novas fontes de energia	1	8%	1	8%	2	17%

**Fonte: Dados da Pesquisa (2018).**

Percebe-se que também é baixo o número de cooperativas que divulgam informações sobre a utilização da energia nas suas operações. As cooperativas PRIMESA, nos três anos e a COPACOL e m2017, apresentaram informações de “utilização de materiais desperdiçados na produção de energia” pela utilização de biomassa proveniente dos dejetos de suínos para produção de energia elétrica a base de biogás.

A cooperativa COPACOL, também em 2017, apresentou “Desenvolvimento de novas fontes de energia”, em parceria com a Itaipu Binacional, na implantação de um sistema de geração de energia fotovoltaica em uma propriedade rural. A cooperativa FRISIA, nos três anos analisados, também apresentou informações de desenvolvimento de novas fontes de energia por meio de projetos para produção de biomassa florestal, sendo que no final de 2016, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), iniciou estudos para identificar o potencial de geração de energia solar e de biogás nas propriedades pecuárias dos associados e nas unidades próprias.

De maneira geral, as cooperativas podem realizar investimentos ou ainda contrair obrigações ambientais decorrentes de suas operações. Nesse sentido, eventos ambientais podem impactar na saúde financeira de uma empresa. A Tabela 11 demonstra a categoria das informações financeiras ambientais.

**Tabela 11. Categoria Ambiental de Informações Financeiras Ambientais**

Subcategoria	2015		2016		2017	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Investimentos ambientais	3	25%	3	25%	3	25%
Custo e/ou despesas ambientais	0	0%	0	0%	0	0%
Passivos ambientais	0	0%	0	0%	0	0%
Práticas contábeis de itens ambientais	0	0%	0	0%	0	0%
Seguro ambiental	0	0%	0	0%	0	0%
Ativos ambientais intangíveis	0	0%	0	0%	0	0%

**Fonte: Dados da Pesquisa (2018).**

Percebe-se na Tabela 11 que a subcategoria de “Investimentos ambientais” foi a única com número de menções. Sobre esse item, a cooperativa COPACOL, apresentou investimentos de 13,12 milhões em 2015, 28,05 milhões 2016 e 18,85 milhões em 2017, seguido da FRIMESA com investimento ambientais de 5,58 milhões de reais em 2015, 6,48 milhões de reais em 2016 e 7,50 milhões de reais em 2017. Por fim, entre as cooperativas que evidenciaram investimentos ambientais está a CASTROLANDA, com investimentos de 10,51 milhões de reais em 2017, 8,00 milhões de reais em 2016 e 1,65 milhões de reais no ano de 2017. As demais subcategorias não tiveram informações presentes nos relatórios.

Também na categoria ambiental foram analisados a menções a respeito da educação ambiental, interna ou externa a cooperativa, ou seja, funcionários ou comunidades próximas à cooperativa, bem como pesquisas na área ambiental demonstrado na Tabela 12.

**Tabela 12. Categoria Ambiental de Educação e Pesquisa Ambiental**

Subcategoria	2015		2016		2017	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Educação ambiental (internamente e/ou comunidade)	5	42%	5	42%	5	42%
Pesquisas relacionados ao meio ambiente	0	0%	0	0%	0	0%

**Fonte: Dados da Pesquisa (2018).**

Na Tabela 12 tem-se que poucas cooperativas divulgaram informações acerca de suas práticas de educação ambiental, sendo elas a CVALE, CAPAL, COASUL, COPACOL e FRISIA, mas nenhuma das cooperativas evidenciou pesquisas relacionadas ao meio ambiente. As informações de “Educação ambiental” apresentadas pelas cooperativas envolvem tanto alunos de escolas e universidade quanto moradores locais e funcionários, através de ações socioambientais com objetivo de conscientizar sobre a conservação do meio ambiente e o consumo consciente dos recursos naturais por meio de cursos, palestras e visitas.

Nas análises dos relatórios das cooperativas não foram apresentadas informações a respeito de “Pesquisas relacionadas ao meio ambiente” o que pode justificar a ausência de divulgação do “Desenvolvimento de produtos ecológicos” e “Impactos ambientais”, presentes na Tabela 9.

Na próxima categoria ambiental, referindo-se ao mercado de créditos de carbono buscaram-se informações a respeito de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), créditos de carbono, certificação e emissão de gases de efeito estufa, conforme Tabela 13.

**Tabela 13. Categoria Ambiental de Mercado de Créditos de Carbono**

Subcategoria	2015		2016		2017	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)	0	0%	0	0%	0	0%
Créditos de carbono	0	0%	0	0%	0	0%
Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE)	0	0%	0	0%	0	0%
Certificados de Emissões Reduzidas (CER)	0	0%	0	0%	0	0%

**Fonte: Dados da Pesquisa (2018).**

A categoria de mercado de crédito de carbono foi incluída na métrica por Murcia (2009) para avaliação do *disclosure* ambiental em razão de algumas empresas já evidenciarem em seus relatórios, aspectos relacionados a projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo, créditos de carbono e emissão de gases do efeito estufa. No caso das cooperativas, nessa categoria ambiental não houve qualquer informação relacionada.

Por fim, a última categoria do grupo ambiental consiste nas informações relacionadas à sustentabilidade, gerenciamento de florestas e da biodiversidade e relacionamento com os *stakeholders*, como é apresentado na Tabela 14.

Tabela 14. Categoria Ambiental de Outras Informações Ambientais

Subcategoria	2015		2016		2017	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menção relativa à sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável	5	42%	3	25%	3	25%
Gerenciamento de florestas e/ou reflorestamento	10	83%	10	83%	9	75%
Conservação da biodiversidade	2	17%	2	17%	1	8%
Relacionamento ambiental com <i>stakeholders</i>	0	0%	0	0%	0	0%

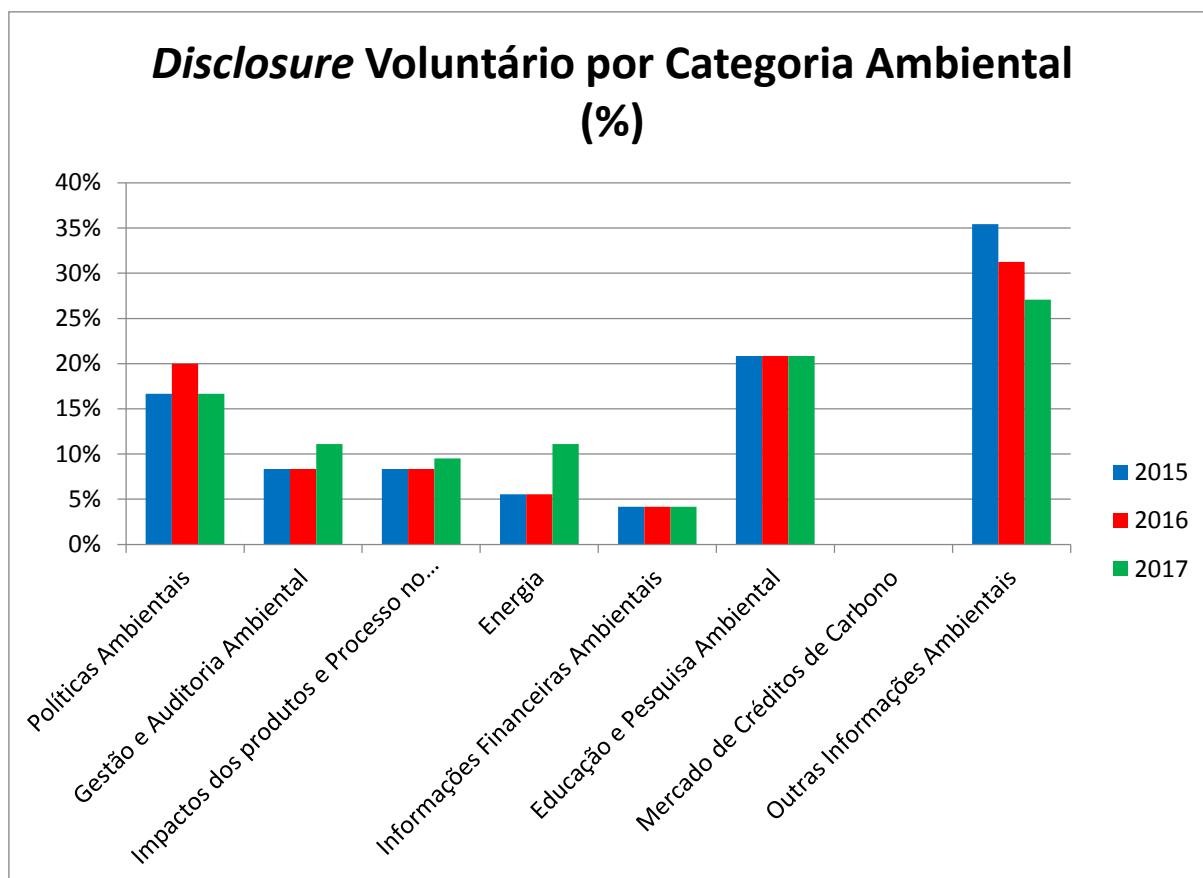
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

A prática de “Gerenciamento de florestas e/ou reflorestamento” foi a subcategoria mais evidenciada pelas cooperativas na categoria de “outras informações ambientais”, bem como da categoria ambiental geral, representada na maioria dos casos, pela evidenciação de valores destinados ao reflorestamento.

A “Menção relativa à sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável”, ainda que baixo, também teve um resultado considerável por parte das cooperativas, evidenciado por meio do discurso do crescimento das cooperativas aliado ao desenvolvimento sustentável.

É possível observar que todas as subcategorias da categoria ambiental de Outras Informações Ambientais (Tabela 14), que apresentaram evidenciação tiveram uma diminuição de sua demonstração com o passar dos anos.

Para analisar de forma geral a categoria de *disclosure* voluntário ambiental foi calculado o percentual total evidenciado por pela relação entre o máximo de cooperativas que poderiam evidenciar cada categoria. Este percentual pode ser observado no Gráfico 2.



**Gráfico 2. Percentual de *disclosure* voluntário por categoria ambiental.**  
**Fonte: Dados da Pesquisa (2018).**

A partir dos resultados do Gráfico 2, é possível determinar que a categoria de “Outras Informações Ambientais”, devido aos bons resultados na evidenciação da subcategoria de Gerenciamento de Florestas e Reflorestamento já demonstrado anteriormente, foi a mais evidenciada entre as cooperativas agropecuárias em seus relatórios. Ressalta-se que mesmo esta categoria ter maiores resultados, ainda é baixo o nível de informações da categoria ambiental por partes das cooperativas para com seus usuários e de maneira geral não está crescendo com o passar dos anos.

Nos achados de Zanoello et. al. (2015) as políticas ambientais foram as informações mais evidenciadas por empresas de capital aberto, não sendo aqui representado neste trabalho, pois esta subcategoria se apresentou como a terceira mais evidenciada entre as cooperativas.

Os percentuais de *disclosure* voluntário podem variar de acordo com o potencial de impacto ambiental. Como apresenta Junior e Crisóstomo (2017), em seus resultados, empresas com alto potencial de impacto ambiental demonstraram muito mais informações ambientais, enquanto empresas com médio impacto tendem

a demonstrar, mesmo que com pouca diferença de variação, maiores percentuais de informações sociais do que ambientais.

#### 4.3 DISCLOSURE VOLUNTÁRIO SOCIAL

Do total de 89 itens que compunham a métrica utilizada para analisar o *disclosure* voluntário das cooperativas, 15 tratavam de informações de natureza social, sendo: informações financeiras sociais, produtos e serviços, e informações sobre os colaboradores.

A primeira categoria trata das informações financeiras de caráter social e engloba a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), demonstração obrigatória para as companhias abertas, mas não aplicável às cooperativas, os investimentos e gastos com projetos sociais. Dessa maneira, a Tabela 15 apresenta os resultados das análises dessa primeira categoria.

**Tabela 15. Categoria Social de Informações Financeiras Sociais**

Subcategoria	2015		2016		2017	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Demonstração de Valor Adicionado (DVA)	4	33%	4	33%	3	25%
Menções ao valor adicionado ou distribuído	4	33%	4	33%	4	33%
Investimentos de caráter social	8	67%	8	67%	9	75%
Gastos em projetos sociais	3	25%	2	25%	3	25%

**Fonte: Dados da Pesquisa (2018).**

Conforme previsto no art. 28 da lei 5.764/71, as sociedades cooperativas são obrigadas a constituir dois fundos quando apresentarem sobras líquidas na apuração do resultado do exercício:

- I - Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício;
- II - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é um fundo pelo qual as cooperativas se utilizam para fazer investimentos de caráter social, ou

seja, a FATES é o saldo de recursos já aplicados e com objetivo de controlar os bens aplicados em ativo fixo e oferecer condições de conhecimento sobre as despesas sociais do período (PEREIRA, 1995). Como demonstrado na Tabela 15, grande parte das cooperativas informam os investimentos sociais em seus relatórios, sendo as demais, não consideradas nessas subcategorias apenas demonstram o valor das contas dos FATES.

Outro item a ressaltar é a “Demonstração de Valor Adicionado”, obrigatória para as companhias abertas, e para outras que a lei exigir, de acordo com o item 3 da NBC TG 09, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.138/08 e alterada pela Resolução CFC n.º 1.162/09, mas que não se aplica as cooperativas e apresentou resultado de quatro cooperativas que a evidenciaram no anos 2015 e 2016, diminuindo para três em 2017.

Aspectos relacionados à adequação dos produtos e serviços das cooperativas às normas de segurança e aspectos relacionados às reclamações dos clientes também são evidenciados nas demonstrações contábeis analisadas, conforme ilustra a Tabela 16.

**Tabela 16. Categoria Social de Produtos e Serviços**

Subcategoria	2015		2016		2017	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Produto/serviço da empresa estão adequados às normas de segurança	0	0%	0	0%	0	0%
Menção a reclamações sobre produtos e/ou serviços	1	8%	1	8%	1	8%

**Fonte: Dados da Pesquisa (2018).**

A “Menção da reclamações sobre os produtos e/ou serviços” foi divulgado apenas pela CASTROLANDA que, em seu balanço social, evidenciou as reclamações e críticas de clientes e consumidores. Quanto a menção sobre produtos ou serviços das cooperativas referentes a adequação quando às normas de segurança, não houve nenhuma cooperativa entre as analisadas que tenham apresentado tal informação.

A última categoria das informações de caráter social se refere aos colaboradores da cooperativa e envolvem aspectos acerca da remuneração, benefícios, satisfação, minorias, educação, etc. A Tabela 17 apresenta a divulgação desses aspectos pelas cooperativas.

Tabela 17. Categoria Social de Colaboradores (Não Administradores)

Subcategoria	2015		2016		2017	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Número de funcionários	11	92%	11	92%	11	92%
Remuneração dos funcionários	6	50%	7	58%	7	58%
Benefícios dos funcionários	8	67%	8	67%	9	75%
Satisfação dos funcionários	0	0%	0	0%	0	0%
Informação sobre minorias na força de trabalho	3	25%	3	25%	3	25%
Educação e treinamento dos funcionários	11	92%	10	83%	9	75%
Segurança no local de trabalho	3	25%	3	25%	2	17%
Dados sobre acidente de trabalho	3	25%	3	25%	3	25%
Relacionamento com sindicatos ou órgãos de classe	0	0%	0	0%	0	0%

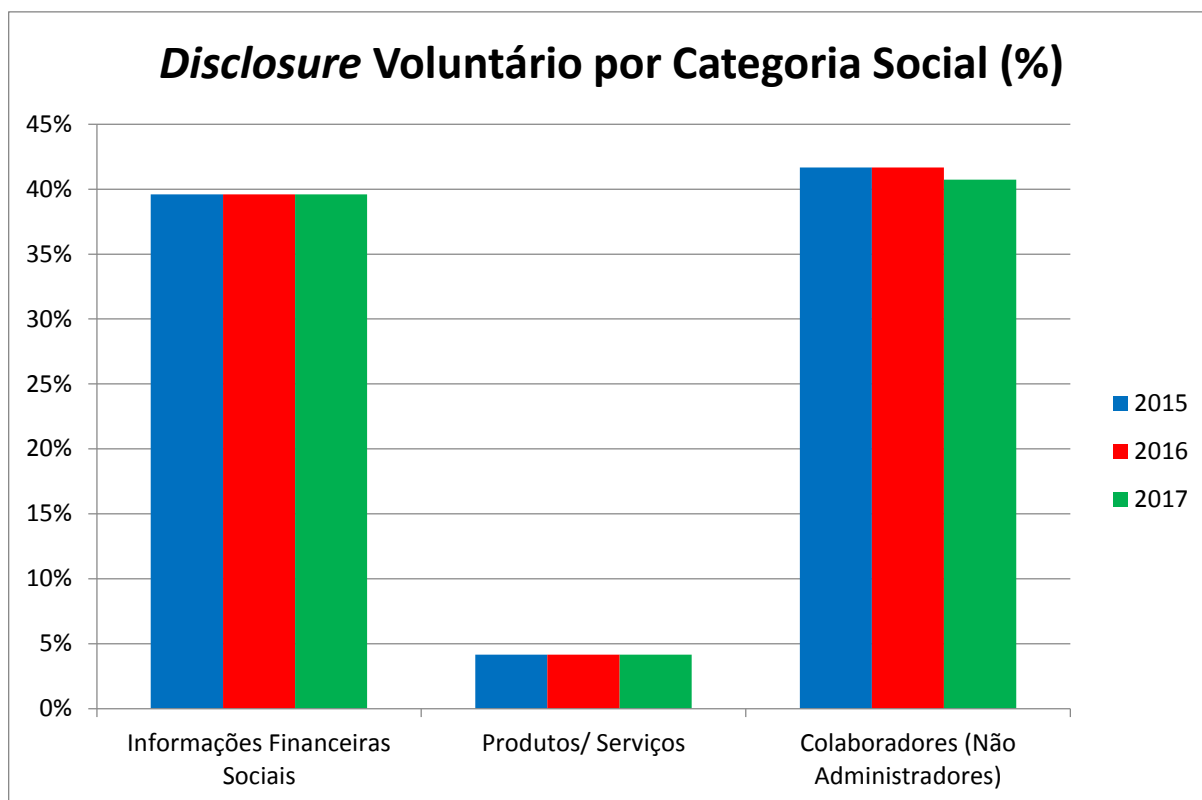
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Destacam-se os resultados em números de funcionário e educação e treinamento. Em 92% das cooperativas foi evidenciado o número de funcionários e por grande parte das cooperativas, os seus benefícios.

Outro item também muito evidenciado foi a “Educação e treinamento dos funcionários”, evidenciado pelas cooperativas por meio de treinamentos, cursos, bolsas de estudos, reuniões e palestras para desenvolvimento pessoal e qualificação profissional dos colaboradores. Em especial, as cooperativas CAPAL e FRISIA apresentaram programa de pós-graduação *in company*, visando atender as necessidades de capacitação pela expansão dos negócios das cooperativas.

Pelos resultados apresentados nas análises por subcategorias de *disclosure* voluntário social foi possível elaborar o Gráfico 3, com o intuito de demonstrar onde se concentram as evidenciações por categoria analisada.





**Gráfico 3. Percentual de *disclosure* voluntário por categoria social.**  
**Fonte: Dados da Pesquisa (2018).**

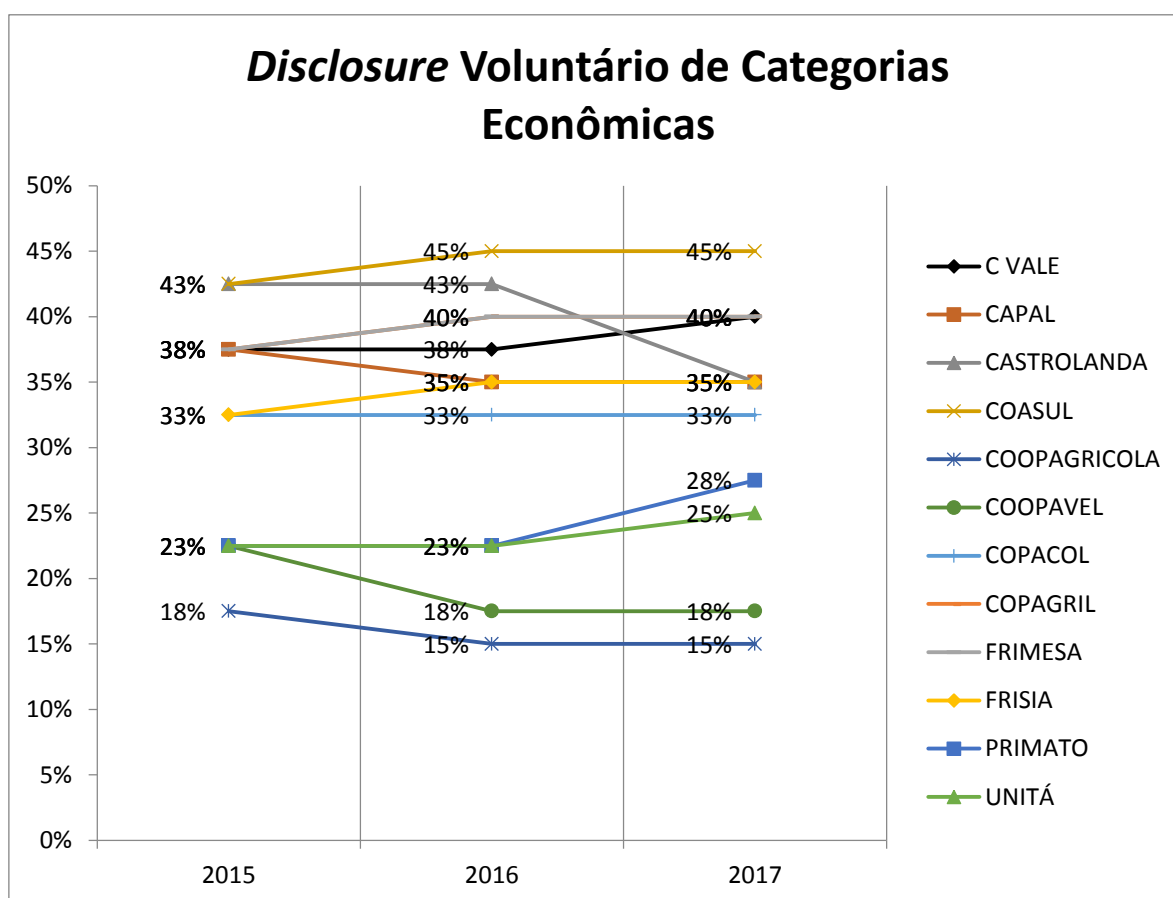
Como demonstra o Gráfico 3, a categoria com maior concentração de informações presentes nos relatórios das cooperativas foram as referentes as Informações Financeiras Sociais e Colaboradores (não administradores), sendo este último o mais evidenciado. Concordando com estes resultados, Santana et. al. (2017) e Zanoello et. al. (2015), apresentaram que, dentre as informações sociais voluntárias, a categoria que trata dos Colaboradores (não administradores) também foi a mais divulgada.

Houve também destaque das informações sobre colaboradores por Schultz et. al. (2012), que demonstraram que as informações sobre colaboradores (não administradores), possuem um bom nível de evidenciação pelas cooperativas, mas que ainda, de modo geral, as informações de *disclosure* voluntário social são consideradas informações adicionais pouco expostas pelas cooperativas, de modo que menos da metade evidenciaram tais informações.

#### 4.4 ANÁLISE GERAL DAS COOPERATIVAS

A última etapa dos resultados deste trabalho consiste na análise geral das informações obtidas a partir das análises dos relatórios anuais das cooperativas envolvidas entre o período de 2015 a 2017. Nesta etapa foi feito a comparação das práticas de *disclosure* voluntários nas categorias econômica, ambiental e social afim de demonstrar como se apresentam, de maneira geral, em cada cooperativa por cada período analisado.

O primeiro gráfico (Gráfico 4) da análise geral das práticas de *disclosure* voluntário das categorias demonstra o percentual de evidenciação das subcategorias econômicas de acordo com cada cooperativa. A categoria econômica totalizava 42 subcategorias.



**Gráfico 4. Percentual total de práticas de disclosure voluntário econômico por cooperativa.**  
**Fonte: Dados da Pesquisa (2018).**

Percebe-se que seis das cooperativas aumentaram as práticas de *disclosure* voluntário da categoria econômica, a UNITÁ, PRIMATO, FRISIA, CVALE, FRIMESA e COASUL, sendo esta última a que demonstrou maior nível de práticas de *disclosure* voluntário econômico, evidenciando 45% das subcategorias econômicas. As demais cooperativas diminuíram suas práticas de *disclosure* voluntário econômico, com exceção da cooperativa COPACOL que manteve o mesmo percentual no decorrer dos três anos.

Ressalta-se que nessa categoria de *disclosure* voluntário nenhuma das cooperativas evidenciou mais da metade das subcategorias presentes na métrica, demonstrando que ainda é baixa a evidenciação de informações econômicas, além do que é obrigatório, por parte das cooperativas aos seus usuários.

No Gráfico 5 da análise geral, buscou-se demonstrar o percentual do *disclosure* voluntário ambiental praticado pelas cooperativas. Nessa categoria, de acordo com a métrica utilizada, apresentou-se um total de 34 subcategorias ambientais.

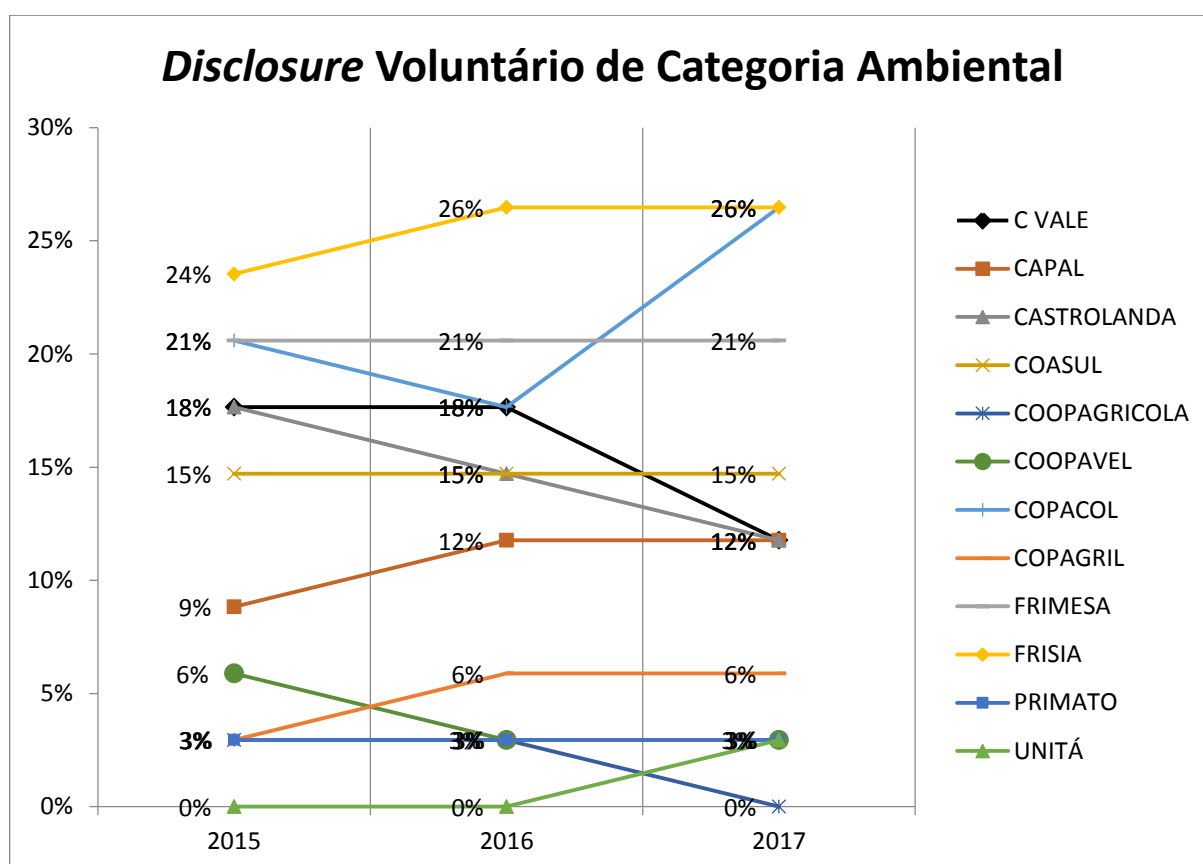
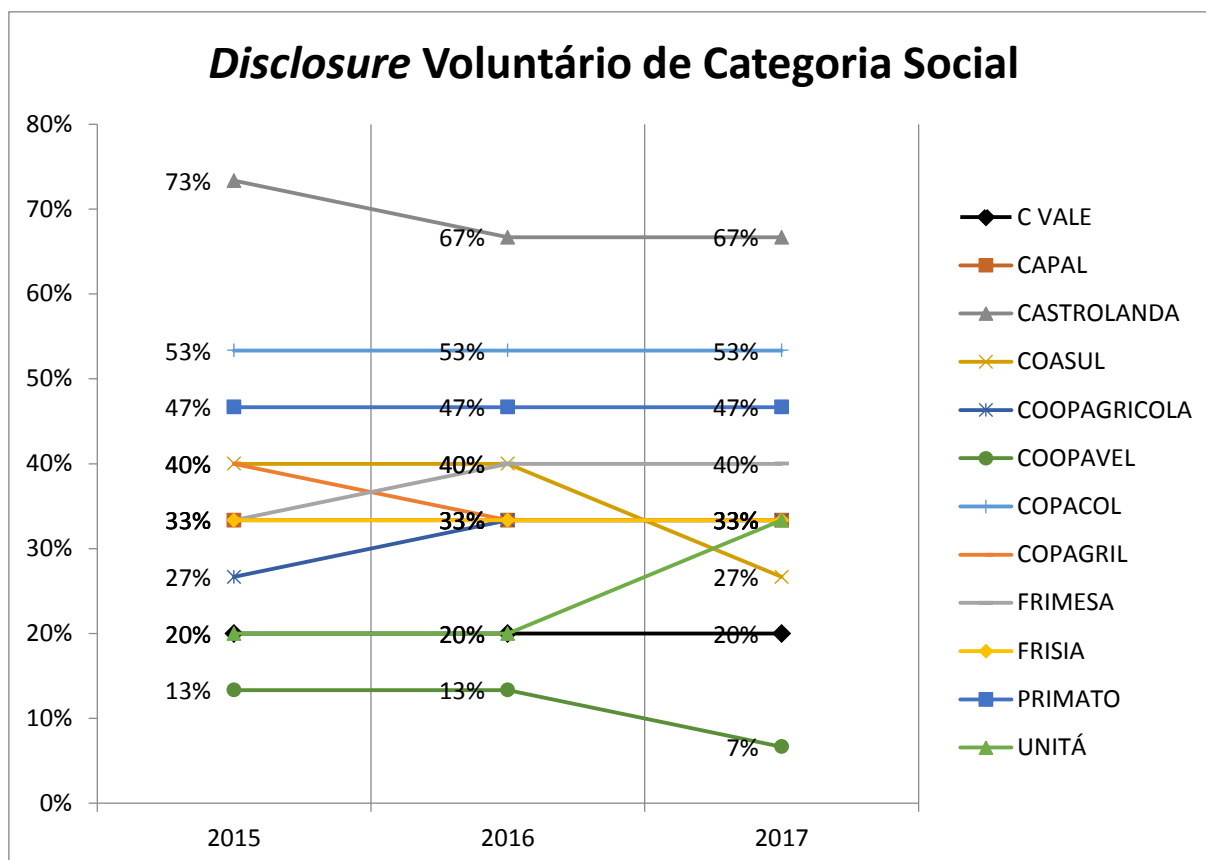


Gráfico 5. Percentual total de práticas de *disclosure* voluntário ambiental por cooperativa.  
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Como demonstram os percentuais no Gráfico 5, quatro das cooperativas analisadas diminuíram a prática de *disclosure* voluntário ambiental sendo estas a COOPAGRICOLA, COOPAVEL, CASTROLANDA e CVALE. As cooperativas UNITÁ, COPAGRIL, CAPAL, COPACOL e FRISIA aumentaram o número de práticas de *disclosure* voluntário ambiental, com destaque na COPACOL que apresentou no último ano analisado o maior percentual das práticas. O restante manteve a mesma quantidade de informações da categoria, com ressalva a COASUL que aumentou de 2015 para 2016, mas voltou para o mesmo resultado em 2017.

A prática de *disclosure* voluntário ambiental, conforme apresentado, demonstra que é preocupante o fato das cooperativas, que em grande parte atuam diretamente no meio ambiente, não evidenciarem mais que 26% de informações ambientais, em tempos que há um constante discurso sobre a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

O *disclosure* voluntário social das cooperativas, apresentado no Gráfico 6 evidencia o percentual das práticas informadas nos relatórios de acordo a categoria social. Nesta categoria, com base na métrica, foi analisado um total de 15 subcategorias.



**Gráfico 6. Percentual total de práticas de *disclosure* voluntário social por cooperativa.**  
 Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Conforme o Gráfico 6, cinco do total de cooperativas manteve o mesmo percentual de prática das subcategorias sociais, sendo elas a CVALE, FRISIA, CAPAL, PRIMATO e COPACOL. As cooperativas que diminuíram as práticas de *disclosure* voluntário social foram a COPAVEL, COPAGRIL, COASUL e CASTROLANDA, sendo esta última a cooperativa com maior percentual de subcategorias apresentadas nos relatórios dos períodos. As demais cooperativas (UNITÁ, COOPAGRICOLA e FRIMESA) aumentaram suas práticas em relação ao primeiro ano analisado.

De modo geral, ressalta-se que o percentual de evidenciação do *disclosure* voluntário social e econômico foram maiores que o ambiental. Schultz et. al. (2012), apresentou nos resultados de sua análise que as cooperativas apresentaram maiores níveis de práticas de *disclosure* voluntário social, comparadas as empresas de capital aberto, sendo possível perceber que as cooperativas têm uma maior preocupação com a evidenciação de informações sociais convergindo para os resultados deste trabalho

A menor evidenciação de informações ambientais voluntárias, não são restritas apenas as cooperativas, repetindo-se nos estudos de Zanoello et. al. (2015), onde as empresa listadas no BM&Fbovespa, utilizadas como amostra de sua pesquisa também demonstraram que o *disclosure* voluntário ambiental apresentou menor nível entre as demais categorias analisadas.

Ainda, Santana et. al. (2017), em sua análise de *disclosure* voluntário socioambiental em cooperativas, obteve resultados semelhantes das práticas de *disclosure* voluntário social sendo maior do que o ambiental, ressaltando que as informações socioambientais se apresentam abaixo da metade do número de cooperativas que as evidenciam, representando um baixo percentual de informações fornecidas pelas cooperativas aos seus usuários.

Por vezes, o baixo percentual de evidenciação de informações pode estar atrelado à falta de demanda para a informação, ausência de requerimentos legais, incentivos, custo de publicação, fazendo com que as informações das cooperativas muitas vezes não sejam efetivamente públicas (SCHULTZ et. al., 2012).

Por fim, a partir dos resultados obtidos neste trabalho foi possível elaborar um *ranking* das cooperativas de acordo com o percentual de informações totais de *disclosure* voluntário, conforme a Tabela 18.

**Tabela 18. Ranking das Cooperativas por % de Disclosure Voluntário Total.**

Ranking	Cooperativas	2015		2016		2017		MÉDIA	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1º	<b>CASTROLANDA</b>	34	38%	32	36%	28	31%	31,33	35%
2º	<b>COPACOL</b>	28	31%	27	30%	30	34%	28,33	32%
3º	<b>FRISIA</b>	27	30%	29	33%	29	33%	28,33	32%
4º	<b>COASUL</b>	28	31%	29	33%	27	30%	28,00	31%
5º	<b>FRIMESA</b>	26	29%	28	31%	28	31%	27,33	31%
6º	<b>CVALE</b>	24	27%	24	27%	23	26%	23,67	27%
7º	<b>CAPAL</b>	23	26%	23	26%	23	26%	23,00	26%
8º	<b>PRIMATO</b>	17	19%	17	19%	19	21%	17,67	20%
9º	<b>COPAGRIL</b>	17	19%	17	19%	18	20%	17,33	19%
10º	<b>UNITÁ</b>	12	13%	12	13%	16	18%	13,33	15%
11º	<b>COOPAGRICOLA</b>	12	13%	12	13%	11	12%	11,67	13%
12º	<b>COOPAVEL</b>	13	15%	10	11%	9	10%	10,67	12%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Neste ranking, destacou-se a cooperativa CASTROLANDA, que apresentou em média 35% das 89 subcategorias presentes nos relatórios anuais. Pelos

percentuais apresentados, não houve uma variação significativa para maior ou menor das informações no decorrer dos anos de modo geral por parte das cooperativas.

Pode se perceber que as cooperativas CASTROLANDA, COASUL, CVALE, COOPAGRICOLA e COOPAVEL tiveram uma diminuição do percentual de evidenciação total de *disclosure* voluntário, enquanto as cooperativas COPACOL, FRISIA, FRIMESA, PRIMATO, COPAGRIL e UNITÁ aumentaram o número de *disclosure* voluntário no período analisado. A cooperativa CAPAL se manteve com o mesmo percentual ao longo de 2015 a 2017.

É evidente que ainda não é satisfatório o *disclosure* voluntário praticado das cooperativas agropecuárias paranaenses, fato também enfatizado em Schultz et. al. (2012) e Santana et. al. (2017), que utilizaram as cooperativas como objeto de análise do *disclosure* voluntário, pois das 89 subcategorias presentes na métrica, menos de 40% foram evidenciados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo avaliar as práticas de *disclosure* voluntário adotadas pelas cooperativas agropecuárias do Paraná. Este objetivo foi atingido por meio da análise dos relatórios entre os anos de 2015 a 2017 de 12 cooperativas. De acordo com a análise foi possível observar que o *disclosure* social foi o mais praticado entre as cooperativas, se alinhando aos resultados de pesquisas de Santana et. al. (2017) e Schultz et. al. (2012), que também aplicaram a análise do *disclosure* voluntário em cooperativas.

Para alcançar o objetivo proposto foram necessários (i) identificar as práticas de *disclosure* voluntário presentes nos relatórios anuais de 2015 a 2017 das cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná; (ii) calcular o percentual de *disclosure* voluntário econômico, social e ambiental das cooperativas e; (iii) analisar aspectos divergentes e convergentes entre as práticas de *disclosure* voluntário observadas.

De forma a atender o primeiro objetivo foi necessário a análise dos relatórios anuais, onde observou-se que as informações voluntárias disponibilizadas nos relatórios pelas cooperativas, ou seja, suas práticas de *disclosure* voluntário atingiram menos da metade das informações presentes na métrica utilizada, que pode estar atrelado a falta de demanda pela informação, incentivos ou custos de divulgação.

Para calcular o percentual de *disclosure* voluntário de cada categoria foi necessário pontuar as informações presentes nos relatórios anuais das cooperativas e classificar as que condiziam a métrica de Murcia (2009). Com isso foi possível observar que o maior percentual de *disclosure* voluntário foi observado na categoria social pelos maiores percentuais presentes nesta categoria. Também foi possível identificar que a cooperativa CASTROLANDA foi a que evidenciou maior percentual de informações voluntárias em seus relatórios.

De modo a atender ao objetivo de analisar os aspectos divergentes e convergentes entre as práticas de *disclosure* voluntário, foi possível perceber que ao longo dos anos, de modo geral, não houve significativos aumentos ou diminuição na evidenciação por categorias, ainda assim apresentando leve aumento das



evidenciações voluntárias das categorias econômica e ambiental, e praticamente estagnado no *disclosure* voluntário social.

Vale ressaltar que os resultados obtidos neste trabalho limitaram-se pela análise das informações de cooperativas agropecuárias paranaenses que apresentaram relatórios anuais entre 2015 a 2017 disponíveis para *download*, ou seja, um recorte por acessibilidade e que não deve ser generalizado as demais cooperativas do setor agropecuário.

Com este trabalho também foi possível perceber que a análise do *disclosure* voluntário por categoria pode identificar as maiores deficiências de informações nos relatórios e fica a sugestão para aplicabilidade na melhoria da evidenciação por parte das cooperativas agropecuárias

Sugere-se também o desenvolvimento de futuras pesquisas sobre *disclosure* voluntário na aplicação em outros setores de atividades das cooperativas ou mesmo em sociedade empresariais, bem como uma nova análise a partir da utilização de outra métrica ou índices aritméticos.

## REFERENCIAS

**Pronunciamentos Técnicos Contábeis 2008.** Comitê de Pronunciamentos Contábeis. -- Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2009. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/livro\\_CPC2.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/livro_CPC2.pdf)>. Acesso em: 27 abr 2018.

ABRANTES, José. **Associativismo e cooperativismo: Como união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil.** Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

ALVES, Ana Flávia Resende. **Disclosure voluntário das demonstrações contábeis das cooperativas de crédito goianas.** 2013. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, Universidade Federal de Goiás, 2013.

ASSAD, Maria Leonor Lopes; ALMEIDA, Jalcione. Agricultura e Sustentabilidade: Contexto, Desafios e Cenário. **Ciência & Ambiente**, n. 29, 2004. p.15-30.

BOESCHE, Leonardo. **Relação entre Autogestão e Governança em Cooperativas Agropecuárias do Paraná.** Dissertação (mestrado) – Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul – ISAE, 2015 Curitiba, 2015.

BRASIL. Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2018.

BRASIL. Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as sociedades por ações.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2018.

BRASIL. Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2018.

CUNHA, Régis César. **Fatores Determinantes do Nível de Disclosure das Empresas de Energia Elétrica Brasileiras: Um Estudo com Dados em Painel.** Dissertação. Fundação Escola do Comércio Álvares Penteado - FECAP. São Paulo, 2010. 96p.

DANTAS, José Alves; ZENDERSKY, Humberto Carlos; NIYAMA, Jorge Katsumi A dualidade entre os benefícios do *disclosure* e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista Economia e Gestão**, PUC Minas, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 56-76, dez. 2005.

DANTAS, Everton Diego Moraes; VIEIRA, Allan Sarmento. Evidenciação obrigatória e voluntária: um estudo de caso junto às empresas do setor energético listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Eletrônica em Gestão**, Educação e Tecnologia Ambiental. Santa Maria, v. 19, n. 2, mai-ago. 2015, p. 636-648. Disponível em:

ENSSLIN, Sandra Rolim; ENSSLIN, Leonardo; IMLAU, Jhonatan Munaretto; CHAVES, Leonardo Corrêa. Processo de mapeamento das publicações científicas de um tema: portfólio bibliográfico e análise bibliométrica sobre avaliação de desempenho de cooperativas de produção agropecuária. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 3, p. 587-608, 2014.

GASQUES, José Garcia; BASTOS, Eliana Teles; VALDES, Constanza; BACCHI, Mirian Rumenos Piedade. Produtividade da agricultura Resultados para o Brasil e estados selecionados. **Revista Política Agrícola**. Brasília: DF Ano XXIII – N o 3 – Jul./Ago./Set. 2014

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GONDRIGE, Enalto de Oliveira; ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci; CLEMENTE, Ademir; SILVA, Wesley Vieira da. Fatores Explicativos do *Disclosure* Voluntário das Empresas Brasileiras de Capital Aberto sob a Perspectiva da Estrutura de Governança Corporativa e de Propriedade. **Anais do Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ENANPAD**, Rio de Janeiro, 2011, p17.

JUNIOR, Dante Baiardo Cavalcante Viana; CRISÓSTOMO, Vicente Lima. Nível de *Disclosure* Socioambiental: Uma Análise Comparativa entre Empresas Brasileiras de acordo com o Potencial de Agressão ao Meio Ambiente. **Revista de Administração da UFSM**. Santa Maria, v. 10, 2017, p. 79-99.

LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de. **Utilização da Teoria de Divulgação para Avaliação da Relação do Nível de *Disclosure* com o Custo da Dívida das Empresas Brasileiras**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007, 108 p.

MARIN, Fábio R.; PILAU, Felipe G.; SPOLADOR, Humberto F. S.; OTTO, Rafael; PEDREIRA, Carlos G. S. Intensificação sustentável da agricultura brasileira Cenários para 2050. **Revista Política Agrícola**. Brasília: DF: Ano XXV – N o 3 – Jul./Ago./Set. 2016. p. 108-124.

MARQUES, P.V.; MELLO, P. C. de; MARTINES J.G. Mercados Futuros e de Opções Agropecuárias. Piracicaba, S.P., Departamento de Economia, **Administração e Sociologia da Esalq/USP**, 2006, 334p. Disponível em: <[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/did-129\\_000fk725ekp02wyiv80sq98yqoy5hp4u.pdf](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/did-129_000fk725ekp02wyiv80sq98yqoy5hp4u.pdf)>. Acesso em: 29 abr 2018.

MURCIA, Fernando Dal-ri. **Fatores Determinantes do Nível de *Disclosure* Voluntário de Companhias Abertas no Brasil. 2009**. 182 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MURCIA, Fernando Dal-Ri; SOUZA, Flávia Cruz De; DILL, Rodrigo Prante; COSTA JÚNIOR, Newton A. (2010). Impacto do nível de *disclosure* corporativo na volatilidade das ações de companhias abertas no Brasil. In **Congresso USP de controladoria e Contabilidade** (Vol. 10).

PRADANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 23 set 2017.

PEREIRA, Anisio Candido. Contribuição à Análise e Estruturação das Demonstrações Financeiras das Sociedades Cooperativas Brasileiras: Ensaio de Abordagem Social. **Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 33-41. Dez.1995.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica**. 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

RIBEIRO, Roberto Rivelino Martins; CUEVA, JazminFigari de la; CAMACHO, Reinaldo Rodrigues; MORAES, Romildo de Oliveira. **Análise da abordagem**

**metodológica: um estudo das teses e dissertações em contabilidade gerencial.** ConTexto, v. 13, n. 25, 2010.

RICKEN, José Roberto; TENÓRIO, Fernando Guilherme; KRONEMBERGER, Thais Soares. **O Cooperativismo Agropecuário no Estado do Paraná: A Questão da Integração.** Disponível em: Acesso em: 05 Jan. 2015.

SANTANA, Lorena Gabriella Novaes; MARTÍNEZ, Marta Pagán; LEITE, Rosamaria C. Moura; SANTOS, José Alexandre. **Práticas do *Disclosure* Voluntário Socioambiental em Cooperativas Agropecuárias Brasileiras.** XIX ENGEMA, 2017.

SANTOS, Robson Cechim dos. ***Disclosure* contábil voluntário e desempenho de ações de empresas do setor de agropecuária e fertilizantes no Brasil.** 2015. 53 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

SCHULTZ, Charles Albino; MARQUES, Tatiane de Oliveira; MURCIA, Fernando Dal-Ri; HOFER, Elza. ***Disclosure* voluntário de informações ambientais, econômicas e sociais em cooperativas do setor agropecuário.** TPA-Teoria e Prática em Administração, v. 2, n. 2, p. 56-77, 2012.

SILVA, Tiago Lucimar da; ALBERTON, Luiz; VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues. **Práticas de *Disclosure* Voluntário das Empresas do Setor Elétrico: Uma Análise a partir do Modelo de Murcia.** **Anais.** XXXVI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2012.

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes; FILHO, Edmundo Escrivão. **Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais.** XXVI ENEGEP. Fortaleza: 2006. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006\\_TR540368\\_8017.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_TR540368_8017.pdf)> Acesso em: 23 set 2017.

ZANOELLO, Cristiane Finger; MANFROI, Leossania; PALMA, Domingos Luiz; ZENI, Elton. **Relação entre *Disclosure* Voluntário e os Indicadores Econômicos e Financeiros: Um Estudo Aplicado em Empresas Listadas na BM&FBovespa.** **Revista Tecnológica.** v. 2, n. 1, 2015. p. 427-447. Disponível em: <<https://uceff.edu.br/revista/index.php/revista/article/view/47>>. Acesso em: 05 mai 2018.